

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 11/07/2011

Iniciada às 15H00 e encerrada às 19H30

Aprovada em 25/07/2011 e publicitada através do Edital n.º 305/2011

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Intervenção do Senhor Presidente

Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DO DIA

- I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS**
 - 1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 28 de Junho de 2011
- II - FINANCEIRO**
 - 1. Situação Financeira
 - 2. Contratos de aquisição de serviço
 - 3. Férias desportivas 2011
 - 4. Parecer do Fiscal Único sobre o Valor das Indemnizações Compensatórias previstas no Contrato programa de animação turística do ano de 2011, a celebrar com a TC – Turismo de Coimbra, EM - conhecimento
- III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO**
 - 1. 6ª Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2011 – conhecimento
- IV- APOIO JURIDICO**
 - 1. Recurso hierárquico interposto por Basílio José Batista Rasteiro
- V- APOIO ÀS FREGUESIAS**
 - 1. Protocolos de Delegação de Competências 2011 – Junta de Freguesia de Ribeira de Frades – alteração
 - 2. Ampliação do Cemitério da Lamarosa – suspensão parcial dos trabalhos
 - 3. Circular externa com início ao Km 1+ 525 - reparações
- VI- CENTRO HISTÓRICO**
 - 1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito no Beco do Fanado, nº 1/1ª e Terreiro da Erva, nº 12 a 13
 - 2. A Água como Património – experiências e saberes na reabilitação de cidades ribeirinhas e paisagens fluviais – aquisição de serviços
 - 3. Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da Couraça dos Apóstolos – conta final
 - 4. Imóvel sito na Couraça de Lisboa nº 1 e 3, Freguesia de Almedina – Isenção de IMI

5. Despachos proferidos pelo Sr. Presidente relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Maio de 2011 – conhecimento
 6. Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Maio de 2011 – conhecimento
 7. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito na Rua do Loureiro, nºs 39 e 41 – freguesia de Sé Nova
- VII. DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**
1. Instituto Pedro Nunes – TecBis (Aceleradora de Empresas)
- VIII - PLANEAMENTO**
1. IC3 Lanço Condeixa/Coimbra (IP3 IC2)
- IX - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA**
1. Quadrar - Construção e Promoção Imobiliária, SA. – Operação de Loteamento – Estação Velha (Terreno C) - Eiras — Regº nº 17388/2007
 2. Quadrar - Construção e Promoção Imobiliária, SA. - Informação Prévia – Alto da Estação Velha – Regº nº 68493/2010
 3. Herdeiros de Maria Adelaide Brito P.S. e Bourbon Bobone – Projecto de loteamento – Casal das Lapas – Portela do Mondego – Regº nº 66929/2010
 4. Agostinho Cordeiro de Freitas – Licenciamento de obras – Rua Jaime Cortesão, 47 – Urb. Santa Apolónia – Regº nº 36044/2011
 5. SENAC – Soc. Imobiliária SA – Alteração de operação de loteamento – Ponte de Eiras - Adémia – Regº nº 32090/2011
- X - OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS**
1. Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua Dr. Jaime Cortesão – S. João do Campo – lista de erros e omissões
 2. Construção de novas redes de drenagem pluvial – Rua da Chainça, Rua Vicente Pindela e Estrada Principal da Corrente – Relatório Final – adjudicação
 3. Requalificação da Rede Viária do Concelho – Plano de Tapetes 2011 – Relatório Final – adjudicação
 4. Ampliação do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Coimbra – revisão de preços definitiva
 5. Climatização dos Depósitos de Livros e Jornais na Casa Municipal da Cultura – recepção definitiva
 6. Requalificação do Espaço junto à Igreja Matriz de Souselas – conta final
- XI - EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA**
1. Pessoas com Deficiência – Candidatura ao INR
- XII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER**
1. 17º Campeonato do Mundo Elite de Hóquei Subaquático
 2. Coimbra ELITE – Estágio de preparação para os Jogos Paralímpicos de Londres
 3. Departamento de Habitação - Bairros em Flor – apoio
 4. Centro de Recreio Animação Cultural Brasfemes - apoio
 5. Olivais Futebol Clube - transporte
 6. Agrupamento de Escolas de Taveiro – transporte
 7. Campeonato da Europa de Laser 4.7 – apoio
- XIII - HABITAÇÃO**
1. Reabilitação de 78 habitações no Bairro do Ingote – revisão de preços provisória nº4
 2. Prohabita – Paula Cristina dos Reis Betencourt Cardoso - realojamento do agregado familiar
 3. Aires Manuel Costa Carvalho - realojamento do agregado familiar
 4. Associação Moradores Bairro de Celas – transporte
 5. Associação Moradores Bairro da Rosa - transporte
 6. Processos para conhecimento
 7. Vistoria de reabilitação de edifícios – ratificação
- XIV - CULTURA**
1. Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ceira – transporte
 2. Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila – transporte
 3. Grupo Folclórico e Etnográfico do Bairro do Brinca – transporte
 4. Concertos musicais de Maio – relatório
- XV (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: João Paulo Barbosa de Melo
Vice-Presidente: Maria José Azevedo Santos
Vereadores: Luís Nuno Ranito da Costa Providência
 Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco

João Gilberto Matos Orvalho
Álvaro Jorge Maia Seco
António Manuel Vilhena
Carlos Manuel Dias Cidade
Rui Pedro Gonçalves Duarte
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Dr. João Paulo Barbosa de Melo, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Isabel Azevedo, Directora Municipal de Administração e Finanças, coadjuvada por Patrícia Silveira, Técnica Superior, e Romina Ferreira, Assistente Técnica.

Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Paulo Jorge Carvalho Leitão, tendo o Executivo deliberado justificar a respectiva falta.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

O Sr. **Presidente** iniciou a reunião relembrando que na última sessão o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco solicitou que, no mais breve curto período de tempo, fosse feita uma apresentação do **Plano de Pormenor do Parque Tecnológico de Coimbra**, para que, quando chamado a pronunciar-se sobre o resultado da consulta pública, o possa fazer convenientemente. Assim, está hoje presente nesta reunião o Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projectos Especiais, Eng. Fernando Rebelo, a quem o Sr. Presidente deu a palavra.

O Sr. **Eng.º Fernando Rebelo** fez uma breve apresentação deste projecto, que teve o seu início em 2003, dando conta de todos os desenvolvimentos desde essa altura até esta data. Em 2004 foi constituída a Sociedade Coimbra IParque, de que a Câmara Municipal de Coimbra faz parte, e aprovada a candidatura de 1ª Fase, para 28 hectares, e o início do processo com publicação em Diário da República e a aprovação duma solução urbanística global assumida entre a Autarquia e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Centro (CCDR-C) como sendo suficiente para se poder materializar através de loteamentos, uma vez que o Plano Director Municipal exige para esta área a necessidade de elaboração de um Plano de Pormenor, que demoraria entre 4 a 5 anos a estar concluído, o que era absolutamente incompatível com os prazos de financiamento, que eram bastante rigorosos. Entretanto, em 2005 foi suspenso, durante 2 anos, o Plano Director Municipal para aquela área, foram estabelecidas medidas preventivas e foram elaborados os projectos de infra-estruturas, duma forma exemplar e que passou por envolver no processo todas as entidades com responsabilidades no Parque (EDP, Águas do Mondego, Lusitaniagás, Portugal Telecom). Em 2006 é, finalmente, aprovada pela Câmara Municipal a 1ª versão a partir da qual se farão as consultas necessárias às diversas entidades e em 2007 é solicitada uma prorrogação, por mais um ano, da suspensão do Plano Director Municipal. Posteriormente, é aprovada nova legislação que obriga à existência de mapa de ruído e à avaliação estratégica, dossiers relativamente aos quais houve necessidade de recorrer ao exterior na medida em que os serviços técnicos da Câmara Municipal não têm capacidade para os elaborar. Já em 2011 surge a conferência de serviços e respectivas observações estando agora o processo em condições de ser sujeito a discussão pública. Quanto à localização do Plano, é de todos conhecida a proximidade do mesmo aos grandes eixos viários, quer nacionais, quer municipais, a proximidade ao aeródromo, ao Centos Hospitalar dos Covões e aos Hospitais da Universidade de Coimbra e aos Pólos Universitários. O Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projectos Especiais fez ainda uma breve referência aos usos possíveis e previstos para o Parque, a saber, o uso industrial e empresarial, zonas públicas, habitação, hotelaria e restauração e equipamento desportivo. O Sr. Eng.º prosseguiu a explicação do projecto em causa, realçando que em termos de equipamento o Parque dispõe de um reservatório de água; de uma subestação da EDP, construída de raiz; um heliporto; equipamentos desportivos cobertos e descobertos e equipamentos sociais. Houve, também, um cuidado muito grande com as questões ambientais, tentando-se, tanto quanto possível, que o projecto tenha impacto zero na área envolvente, como se pode verificar com a questão das bacias de retenção e com os depósitos que, nesta altura, estão a servir para regas. O Parque terá o edifício-sede do Iparque. Além de se destinar a apoiar toda a zona industrial e empresarial dispõe, ainda, de um auditório e zonas de restauração; um Hotel com 94 quartos; uma pequena área comercial, de apoio aos funcionários e moradores da zona, e um restaurante. O Sr. Eng.º concluiu a apresentação com

mais alguns dados que considerava relevantes para os membros do Executivo, como os lugares de estacionamento existentes no local e outros.

Intervenção do Sr. Vereador Álvaro Maia Seco

1. Relatório sobre a revisão dos termos de execução do projecto e exploração do sistema de Metro Ligeiro de Superfície do Mondego

O Sr. Vereador registou a recepção deste documento que faz toda a questão em analisar e debater e, uma vez que hoje já não terá tempo para o estudar como o assunto lhe merece, solicitava que fosse agendando para a próxima reunião do Executivo.

2. Árvores do Parque Dr. Manuel Braga

O Sr. Vereador disse que continua por resolver a questão das árvores doentes no Parque Dr. Manuel Braga pelo que questionou quando é que a situação ficará definitivamente resolvida e se as pessoas que têm estado a evitar que se assumam uma atitude mais agressiva e mais consequente no combate àquela praga assumirão uma eventual responsabilidade quando as árvores do parque tiverem de ser todas abatidas. Na verdade, é um espectáculo absolutamente confrangedor para quem visita o parque uma vez que facilmente se percebe que existem árvores completamente mortas ou muito doentes e que é preciso agir rapidamente pois parecem começar a surgir novos focos de infecção. Existe, no seu entender, um problema concreto a que urge responder e é imperioso tentar que o foco de infecção não alastre para as árvores que ainda estão sãs.

3. Alto dos Barreiros – circulação automóvel

O Sr. Vereador disse que tem sido abordado por vários munícipes moradores no Alto dos Barreiros que reclamam das condições da circulação de rodoviária uma vez que, como todos sabemos, tem artérias sem qualquer tipo de passeios ou bermas que permitam a circulação de pessoas em segurança e, noutros casos, sem que seja possível o cruzamento de dois carros em simultâneo. Ora, está previsto no Plano Director Municipal, há muito tempo, a existência de uma pequena variante a este eixo, pelo que gostaria de saber quais as prioridades do Executivo a este nível. Evidentemente que percebe que, do ponto de vista financeiro para o Município, o ideal seria que este tipo de pequenas variantes urbanas fossem integradas em projectos de promoção imobiliária, para que a execução das obras seja da responsabilidade dos privados, mas, ainda assim, esta é uma questão que se arrasta há muitos anos já, os níveis de tráfego têm aumentado imenso e, no mínimo, pensa que se justificaria a introdução de acções de mitigação, nomeadamente a introdução de lombas de controlo de velocidade, e a análise cuidadosa e criteriosa dos circuitos pedonais, inexistentes naquela zona.

4. Dia da Cidade – comemorações

A este propósito, o Sr. Vereador começou por elogiar a mensagem do Sr. Presidente, que considerou bastante equilibrada, salientando o facto de ser um discurso muito virado para o futuro e no qual assume que nestes 2 anos de mandato muita coisa poderá ainda ser feita. Não pode, no entanto, deixar de referir que, no seu entender, será precisa alguma sorte para que daqui a 2 anos o Sr. Presidente reúna as condições necessárias para se candidatar ao lugar que hoje ocupa, por outro lado, e no que diz respeito à comunicação social, não terá razões de queixa. Na verdade, é surpreendente que num dos jornais de referência da cidade, na cobertura que é dada a este evento, o Sr. Presidente da Câmara Municipal apareça em 7 fotografias, o que considera de todo exagerado.

5. Freguesias – reformulação do número e áreas

O Sr. Vereador disse que o Executivo Municipal não se poderá alhear desta questão, que está em cima da mesa e que, por isso mesmo, se deve começar a trabalhar nesta matéria para que não se ande apenas a reboque da troika ou do Governo Central. Ainda assim, pensa que este processo de revisão, que é altamente controverso, se iniciou com o pé esquerdo, tendo havido, na sua opinião, uma falsa partida, protagonizada pelo líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal. No seu entender, o processo não se deve pautar apenas por critérios puramente financeiros e/ou económicos de poupança orçamental, antes devendo obedecer a outro tipo de princípios como, por exemplo, manter a coerência com a história dos lugares. Um outro princípio que gostava de ver respeitado era ter em atenção as vantagens da gestão do ponto de vista territorial que este processo pode trazer e aqui, efectivamente, a proposta apresentada pelo Dr. Maló de Abreu não traz nada de novo, limitando-se a agregar freguesias para, dessa forma, obter ganhos de dimensão, sem qualquer tentativa de justificar o que é apresentado. Pensa portanto que este dois factores, isto é, a gestão urbanística do território em paralelo com a coerência histórica, são essenciais em todo este processo pelo que gostaria de saber, caso já se tenha começado a trabalhar neste sentido, se os serviços técnicos da Autarquia já se encontram em condições de apresentar, à luz dos instrumentos de gestão e planeamento urbanístico como é o Plano Director Municipal, o Plano de

Urbanização e os Planos de Pormenor que existem, alguns princípios e regras básicos para enquadrar este tipo de ordenamento. Para além disso, pensa que não se deve fugir à responsabilidade de assumir que, pontualmente, esta reestruturação não pode ser feita apenas por agregação de freguesias, particularmente no caso das freguesias urbanas onde se deverá ir mais longe e proceder a alguns ajustes nas fronteiras. Assim, e a título de exemplo, referiu que o lugar de Lôgo de Deus está repartido por três freguesias diferentes, que o Bairro de Santa Apolónia está repartido por duas freguesias, a freguesia de Santa Cruz tem um apêndice sem nenhum sentido de parte da zona da Pedrulha, e muitos outros casos que terão de ser revistos e pensados. Finalmente, o Sr. Vereador disse que, no que diz respeito aos princípios de organização, uma das limitações de fronteira que defenderá é a da separação clara entre freguesias urbanas e não urbanas, na medida em que têm e representam necessidades e realidades diferentes, como é o caso de algumas zonas da freguesia de Santo António dos Olivais no que diz respeito a algumas zonas do Tovim que fariam muito mais sentido associadas a freguesias mais da zona da serra. Esta é uma matéria demasiado sensível pelo que está disponível para colaborar em tudo o que for possível excepto em analisar uma eventual proposta no espaço de tempo normal e habitual das agendas, isto é, de quinta-feira para segunda-feira.

Intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade

1. Verbas nos SMTUC

Sobre o assunto das verbas desviadas nos SMTUC, o Sr. Vereador Carlos Cidade solicitou, mais uma vez, esclarecimentos no sentido de se saber se já havia algo para ser transmitido pois, como disse nas reuniões anteriores, não desistirá de saber o que aconteceu e não deixará de colocar esta questão enquanto não for informado do ponto de situação do processo. E lembrou que na reunião anterior o Sr. Presidente disse que até ao final da mesma teria informação para disponibilizar aos membros do Executivo, o que não se verificou.

2. Refeições escolares

O Sr. Vereador lembrou que foi há relativamente pouco tempo aprovada por este Executivo a abertura de concurso para fornecimento de refeições escolares para o próximo ano lectivo mas, no seu entender, e pela forma como o processo foi aprovado, a Câmara Municipal está a criar um problema tendo em conta aquilo que tem sido a prática deste tipo de serviço às escolas e aos jardins-de-infância. Na verdade, todos sabemos como é que se procedia à contratualização dessas refeições e que muitas instituições foram convidadas pela Autarquia a colaborar neste processo quando o Estado transferiu estas competências para as Câmaras Municipais e o facto é que com este concurso agora aprovado estamos a liquidar essas instituições que no passado foram tão importantes para o avançar do processo e a contribuir para colocar em causa a sustentabilidade de associações e colectividades que têm prestado tão importantes serviços ao Município. Na verdade, o concurso agora aprovado, pela forma como está formatado e pelas exigências que coloca, está muito vocacionado para um determinado tipo de empresas e exclui estas entidades. Considera que mantendo estas instituições que, até aqui, foram assegurando este serviço às escolas e aos jardins-de-infância, a Câmara Municipal teria a garantia de que, pelo menos, no dia 1 de Setembro a alimentação estaria assegurada. Assim, com a abertura do concurso que, como sabe, não está a salvo de incidentes processuais, corre-se o risco de no próximo dia 1 de Setembro as crianças do concelho de Coimbra ficarem sem alimentação escolar e, tanto quanto julga saber, esta questão não foi salvaguardada.

3. Centro Escolar da Solum-Sul

Ainda no que diz respeito à Educação, o Sr. Vereador disse que apesar de ainda não ter tido oportunidade de visitar este novo Centro Escolar pelo que lhe é dado a perceber e como, aliás, os vereadores do PS já por várias vezes referiram, pensa que o mesmo vai ficar rapidamente lotado se é que não o está já. Gostaria, ainda, que lhe dissessem onde se encontra o refeitório daquele novo Centro Escolar, construído de raiz.

4. Dia da Cidade – comemorações

Relativamente a este assunto o Sr. Vereador começou por saudar a escolha do Jardim da Sereia para acolher as comemorações do Dia da Cidade e o esforço que os funcionários da Autarquia tiveram de fazer para manter o espaço com a dignidade que o momento exigia. Contudo, não pode deixar de referir que são necessárias medidas adicionais de segurança e limpeza do espaço, de forma a garantir a salvaguarda do local e a evitar a degradação da zona. No que diz respeito à cerimónia propriamente dita, considera que não há nenhum reparo a fazer e que tudo correu bem a não ser, e como já referiu o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, o excessivo relevo que foi dado à pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal nos órgãos de comunicação social. Agora, importa dizer que naturalmente a responsabilidade não será do Sr. Presidente mas sim da comunicação social que temos no concelho, da qual esperava outra postura e que fosse dada mais atenção aos cidadãos anónimos e aos problemas locais, porque essas são as questões que verdadeiramente importam e com as quais teremos de nos preocupar.

5. Censos 2011 - resultados

O Sr. Vereador referiu os resultados dos censos 2011, em que se verifica que Coimbra perdeu população relativamente aos anteriores resultados o que é, evidentemente, uma má notícia e a infeliz constatação duma realidade que já se vinha a anunciar face à má estratégia e às más opções políticas que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver nesta última década. Pensa que já em 2009 os vereadores do Partido Socialista tiveram a oportunidade de alertar para o facto de Coimbra estar a perder população quando, na sua opinião, uma das principais batalhas deveria ser, precisamente, lutar para que, no curto prazo, a cidade de Coimbra atingisse os 50 mil habitantes, para que, a médio/longo prazo, conseguisse alcançar os 200 mil. Ora, como é evidente, estes objectivos atingem-se de várias maneiras e o problema é que, no seu entender, o Plano Estratégico existente não é o mais adequado, limitando-se a recalcar o que já estava feito, sem qualquer tipo de aplicação prática; o emprego no concelho tem vindo a diminuir e, naturalmente, a gestão que tem vindo a ser desenvolvida não consegue fixar as pessoas em Coimbra. Infelizmente, pensa que a continuar por este caminho, de costas claramente voltadas para os concelhos vizinhos, não será possível projectar outro tipo de cidade, com qualidade de vida para oferecer a todos aqueles que cá queiram ficar. Por outro lado, e segundo os estudos recentes realizados relativamente àquilo que devem ser os pólos de atracção das cidades, estes configuram-se em dois planos distintos, a saber, ou as cidades se assumem como verdadeiros pólos de atracção ou são, simplesmente, cidades satélites. Ora, na sequência dum estudo recente solicitado pela Caixa Geral de Depósitos à Sociedade de Avaliação, Estratégia e Risco, liderada pelo Professor Hernâni Lopes, pensa que o futuro de Coimbra se afigura muito preocupante. Na verdade, estando agora em discussão, como é o caso, um problema político concreto de estratégia em relação ao turismo relativamente ao qual a Câmara Municipal tarda em tomar uma decisão não se afigura nada de bom para o futuro de Coimbra nesta matéria e Coimbra deixará, a curto prazo, de ser um dos eixos de atracção turística de Portugal continental, que se esgotarão na Grande Lisboa, Grande Porto, Algarve, e o eixo Castelo-Branco – Estremadura Espanhola e o eixo Fátima – Leiria – Alcobaça. Evidentemente que a última década e a gestão camarária desse período é absolutamente responsável pelo facto de ter deixado chegar as coisas até aqui. Foram as estratégias definidas e as opções políticas que se tomaram nesse período que nos trouxeram até aqui.

6. Freguesias – reformulação do número e áreas

Quanto a esta matéria e, muito concretamente, à iniciativa da autoria do Dr. Maló de Abreu, o Sr. Vereador disse que os Vereadores do Partido Socialista entendem que este processo deve ser devidamente ponderado antes de ser discutido na praça pública. Assim, ficou bastante preocupado pela forma leviana como surgiu a proposta em causa pelo que, logo que dela teve conhecimento, teve a preocupação de ligar ao líder do PSD do concelho de Coimbra de forma a tentar perceber se aquele acto correspondia a alguma estratégia política do PSD local, tendo-lhe sido assegurado que não, que se tratava apenas dum acto isolado. Ainda bem que assim foi porque considera que matérias deste tipo, sendo certo que é impossível obter a unanimidade total, devem, no mínimo ser objecto dum consenso alargado. Agora, evidentemente, que ninguém contesta que esta remodelação tem de ser feita e, tal como disse o Sr. Vereador Álvaro Maia Seco, mais importante que a diminuição do número de freguesias será, eventualmente, aproveitar este momento para reformular e redefinir os limites e fronteiras de algumas delas até porque não sabe se a redução, pura e simples, do número de freguesias resolverá os problemas. Finalmente, informou que o PS – Coimbra está a fazer a discussão interna desta matéria, com todos os cuidados e com toda a reserva que a questão merece e não descurando as questões pertinentes que ajudem a uma tomada de decisão.

Intervenção do Sr. Vereador Francisco Queirós

1. Dia da Cidade – comemorações

O Sr. Vereador felicitou todos aqueles que contribuíram para a realização do Dia da Cidade e desde logo, evidentemente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, mas também todos aqueles que, com o seu trabalho, tornaram possível a requalificação daquele espaço magnífico que é o Jardim da Sereia que, plagiando o livro oferecido pela Sr.^a Vice-Presidente, é um jardim convertido em arte, que pode continuar a ser arte, assim o saibamos estimar e preservar. Este dia da Cidade mostrou, ainda, que é possível trazer a estes festejos a população e fazer deste dia um “Dia para a Cidade”.

2. Curso de alfabetização de moradores de bairros municipais – avaliação final

O Sr. Vereador apresentou a avaliação final relativa ao curso de alfabetização promovido pelo Departamento de Habitação e dirigido a moradores dos bairros municipais. O Curso de Formação em Competências Básicas, com 150 horas de formação, consistiu na formação básica de Língua Portuguesa (Leitura e Escrita), Matemática (Cálculo) e Tecnologias de Informação e Comunicação. Disse ainda que esta acção de formação foi pensada e dirigida a analfabetos ou pessoas apenas com frequência dos primeiros anos de escolaridade. Com cerca de 50 participantes inscritos, foram inicialmente criadas três turmas, sendo que, devido a várias desistências, acabaram por ser constituídas duas turmas com 24 formandos, na sua maioria do sexo feminino.

No final da formação, a 5 de Julho, decorreu uma festa /convívio no Centro Operário Católico da Conchada, onde foram entregues os Diplomas e se pôde testemunhar a imensa satisfação dos formandos. Durante a Cerimónia todos quiseram deixar o seu testemunho de grande reconhecimento pela oportunidade de frequência de um curso que, afirmaram, transformou as suas vidas. Entre eles, o Senhor António, de 87 anos, contou ter vivido um milagre, pois nunca imaginara vir a aprender a ler e agora, inclusivamente, já escreve, embora lentamente, no computador! Uma outra senhora testemunhou que já “tocava piano no teclado do computador”!

Os dois formadores, professores do 1.º ciclo do Ensino Básico, encontravam-se desempregados e abrangidos por um Contrato de Emprego e Inserção (CEI). E também para estes jovens professores a experiência foi extremamente aliciante e enriquecedora, como fizeram questão de testemunhar. O Sr. Vereador sublinhou, também, a grande importância da realização de acções de formação destinadas aos moradores dos bairros municipais, a sua enorme satisfação ao verificar os brilhantes resultados e a imensa alegria dos formandos, na sua maioria senhoras idosas. Referiu ainda como extremamente positivo o ensejo de todos em prosseguir na aprendizagem, solicitando à Autarquia o lançamento de novas acções de formação.

3. Centro de Realojamento da Baixa

O Sr. Vereador informou que na próxima terça-feira, dia 12 de Julho, serão assinados os contratos de arrendamento dos agregados familiares que passarão a residir no Centro de Realojamento da Baixa. As obras de requalificação do antigo edifício conhecido por Palácio de Saldanha já tinham sido dadas por concluídas há algum tempo mas problemas no fornecimento de energia eléctrica, alheios à Autarquia tornaram impossível a utilização mais cedo deste importante equipamento social da Baixa de Coimbra. O Centro de Realojamento da Baixa, que agora entra em funcionamento, resulta de um acordo da Autarquia com a Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel (ACERSI). Este novo espaço, agora totalmente recuperado, é composto por lavandaria, escritórios, balneários para utentes e funcionários, gabinetes médicos, cozinha e refeitório para servir cerca de 90 utentes do Centro de Dia da referida Associação. Tratava-se de um prédio extremamente degradado, sem quaisquer condições de habitabilidade para os idosos que nele moravam e que a Autarquia recuperou através de um Acordo de Parceria. O espaço está assim dividido, sendo os dois pisos inferiores ocupados pelas instalações das Cozinhas Económicas, enquanto os restantes, geridos pelo Departamento de Habitação da CMC, estão divididos em apartamentos de tipologias T0, T1 e T2, destinados a pessoas carenciadas. Este equipamento de inquestionável valor social vai ainda ajudar a combater o abandono e a desertificação da Baixa da cidade, afirmou.

Intervenção do Sr. Vereador João Orvalho

1. Encerramento dos CTT na Baixa de Coimbra

O Sr. Vereador disse que iria abordar novamente esta questão para poder acrescentar mais algumas notas àquilo que foi dito na última reunião. Como já é sabido, os CTT pretendem encerrar os serviços que prestam junto ao Mercado Municipal D. Pedro V, e é preciso que fique claro que a Câmara Municipal de Coimbra tudo fará para que tal não aconteça. Contudo, se a decisão se tornar irreversível e aquele espaço acabar mesmo por ser encerrado, está já preparado um Plano B que passa pela instalação, se não de todos pelo menos de alguns serviços, no próprio Mercado Municipal. Na verdade, existem já duas alternativas para o efeito, a saber, uma sala exterior, que actualmente está ao serviço da Turismo de Coimbra, EM, e uma loja interior, que entretanto ficou vaga. Esta será, pois, uma solução alternativa, que nem sempre é do agrado das populações mas que será uma maneira de continuar a assegurar alguns serviços básicos. Por outro lado, foram também já encetados alguns contactos com a Junta de Freguesia de Santa Cruz para tentar perceber se aquela Autarquia estaria interessada em assegurar esta prestação de serviços, sendo certo que os CTT participam esta cedência com cerca de 500€/mês e a comissão da comercialização dos inúmeros produtos que têm.

2. Rede Escolar

O Sr. Vereador chamou a atenção para o facto do Ministério da Educação e Ciência ter suspenso, para avaliação, o programa de reavaliação da rede escolar. Contudo, o processo de constituição de turmas não parou, estando a DREC, em colaboração com os vários agrupamentos, a trabalhar nesta matéria. Ora, para que este processo não fosse perturbado, foi necessária uma definição clara do parque escolar do 1º ciclo para o ano lectivo 2011/2012. Assim, e após reunião com a DREC, no passado dia 8, ficou determinado que a estabilização do parque escolar tinha de ser feita, o que aconteceu tendo em conta a capacidade instalada, designadamente o número de salas de aulas/turmas por escolas, os recentes investimentos realizados em centros escolares (Solum Sul, Quinta das Flores e Montes Claros) e as recuperações/reparações de dimensões assinaláveis. Desta forma, a Câmara Municipal de Coimbra considera encerradas as Escolas de Casal do Lobo, cujo processo já tem cerca de 3 anos, e Ardazubre, tendo sido reduzido número de alunos desta última escola e distribuído pelas escolas vizinhas de acordo com a área de residência.

3. Centro Escolar da Solum-Sul

Relativamente a este assunto, e na sequência da intervenção do Sr. Vereador Carlos Cidade, o Sr. Vereador referiu que tem a intenção de convidar todos os membros do Executivo a visitar os centros escolares, à semelhança do que tem vindo a fazer com os directores das escolas e agrupamentos que irão passar a utilizar os centros, bem como os pais e encarregados de educação dos alunos que irão usufruir dos equipamentos. Quanto à questão do refeitório, o Sr. Vereador informou que o mesmo existe no Centro, ou melhor, é um pavilhão polivalente que irá assegurar não apenas as refeições mas também outras actividades do 1º CEB e jardim-de-infância. É uma opção do projecto e situa-se entre a zona que serve o 1º ciclo e o jardim-de-infância.

4. Refeições escolares

Relativamente a esta questão, o Sr. Vereador aproveitou para esclarecer que o modelo actualmente existente, em termos de contratação pública, é muito difícil e, como tal, importa corrigi-lo. Evidentemente que o ideal teria sido corrigir este processo há um ano atrás mas, como sabem, nessa altura ainda não era vereador da Câmara Municipal de Coimbra pelo que só agora se puderam fazer as alterações necessárias. Ainda assim, o Sr. Vereador assegurou que tudo será feito para que no dia 1 de Setembro o serviço de refeições possa estar a funcionar. Por outro lado, respondeu ao Sr. Vereador Carlos Cidade que quem actualmente está a fazer este serviço são, em grande parte, as IPSS's do concelho que, como todos sabemos, não estão vocacionadas para estas funções, não sendo este o foco de desenvolvimento das suas actividades que acabou por ser, apenas, uma actividade de recurso. Ainda assim, há um estímulo que, no seu entender, tem de ser levado em conta e que passa pelo facto das organizações, sejam elas de cariz mais social, ou não, terem de trabalhar mais em consórcios que lhes permitam ganhar escala e, nessa medida, estas colectividades poderão concorrer associadas entre si. Também neste caso existe um Plano B que será accionado do caso de este concurso correr mal e o processo não ficar concluído até ao dia 1 de Setembro. Finalmente, referiu que essas instituições prestam muitos outros serviços no âmbito da educação escolar e não é intenção da Câmara Municipal de Coimbra acabar com essa colaboração mas, pelo contrário, estimulá-la e, se possível, alargá-la a outros aspectos.

5. Voto de Pesar – Diogo Vasconcelos

O Sr. Vereador disse que Portugal ficou mais pobre com a morte de Diogo Vasconcelos, pessoa com quem desenvolveu algumas actividades e que considera um visionário inspirador, mobilizador e capaz de criar redes de relações e dinamizar o seu desenvolvimento como poucos. Como exemplo, destacou o “Dialogue Café” e o quanto gostaria de ter um projecto como este em Coimbra, projecto que, aliás, já estava em perspectiva, em colaboração com o Dr. Diogo Vasconcelos.

O Sr. **Presidente** associou-se às palavras do Sr. Vereador para afirmar que também teve o privilégio de privar com o Dr. Diogo Vasconcelos, cuja morte nos deixa a todos mais pobres, pelo que propôs ao Executivo Municipal que manifestasse um voto de pesar pela morte do Dr. Diogo Vasconcelos, que colocará à votação do final do período de intervenção dos membros do Executivo.

Intervenção da Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco

1. Voto de pesar – Diogo Vasconcelos

A Sra. Vereadora associou-se ao voto de pesar pelo falecimento prematuro de Diogo Vasconcelos.

2. Voto de pesar – Maria José Nogueira Pinto

Lamentou profundamente o desaparecimento, também prematuro, de Maria José Nogueira Pinto, personalidade que fascinava e impressionava a Sra. Vereadora pela fulgurância, inteligência e eloquência, pela vivacidade e pela garra com que era capaz de exprimir as suas convicções.

3. Relatório de actividades da Divisão de Acção Social e Família

A Sra. Vereadora fez um resumo das actividades desenvolvidas pela Divisão de Acção Social e Família na última quinzena, já que ainda que a comunicação social tenha publicitado muitas dessas iniciativas, entende que é neste fórum que deve dar conta do trabalho desenvolvido nas áreas municipais que tutela. Assim, informou que no dia 27 de Junho iniciou-se um conjunto de colónias de férias para crianças de famílias carenciadas, uma iniciativa da Câmara Municipal de Coimbra em estreita colaboração com as juntas de freguesia do concelho. Tratou-se dum campo de férias aberto, com carácter não residencial, que abrangeu 217, crianças que saíram de Coimbra de manhã e regressavam ao final da tarde, acompanhado por monitores que lhes proporcionavam muitos momentos de alegria e diversão. Este projecto contou, ainda, com o apoio de vários restaurantes, que asseguraram a alimentação das crianças, e muitas

marcas e empresas comerciais que apoiaram e patrocinaram esta iniciativa que durou 2 semanas, a que corresponderam outras tantas colónias, e que abrangeu crianças das freguesias de Torre de Vilela, Trouxemil, Brasfemes, Eiras, S. Martinho da Árvore, Santo António dos Olivais, S. Paulo de Frades, Vil de Matos, Botão e, na segunda semana, Almedina, Santa Clara, S. Martinho do Bispo, Ribeira de Frades, Taveiro, Antanhol, Castelo Viegas, Ceira e, ainda, crianças que se encontravam ao cuidado da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. A Sra. Vereadora disse também que no dia 30 de Junho teve lugar o 1º Encontro Intergeracional do Município de Coimbra, iniciativa que proporcionou a muitos idosos, residentes em instituições e lares do concelho, um dia diferente no Parque Dr. Manuel Braga, conjuntamente com crianças. Pensa que esta iniciativa é bastante interessante e que deverá ter continuidade, uma vez que esta intergeracionalidade permite que crianças, que estão a começar a sua vida possam conviver com pessoas mais velhas que lhes transmitem saber e experiência e que, por outro lado, precisam dessas crianças para reconquistar a sua alegria. Foi um dia repleto de aventura e de diversão, que importa repetir. Finalmente, a Sra. Vereadora referiu a iniciativa “Vamos à Bola com o Plim”, uma organização conjunta da Câmara Municipal de Coimbra e da Águas de Coimbra, E.M., que proporcionou a muitas crianças institucionalizadas a oportunidade de ter um dia diferente, com um passeio de barco no rio Mondego, um torneio de futebol e jogos e actividades diversos.

4. Jardim da Sereia

A Sra. Vereadora saudou a reabilitação e regeneração do Jardim da Sereia que é um dos mais notáveis jardins desta cidade e onde tantas visitas de estudo se faziam para observar tantas espécies de plantas que não existiam em mais nenhum jardim. Considera que é uma iniciativa de louvar, pelo que estão de parabéns o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sra. Vice-Presidente, bem como o Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, que saudou nas pessoas do Sr. Director, Dr. Veiga Simão, e do Sr. Vereador Luís Providência, e ainda todos os técnicos e funcionários que tanto se esforçaram para dignificar e reabilitar aquele espaço de rara beleza. Foi um espaço magnífico para uma cerimónia magnífica, que proporcionou a todos os presentes, muito em particular aos agraciados, um momento único que jamais esquecerão.

5. Polícia Municipal

A Sra. Vereadora informou que a Polícia Municipal tem, finalmente, novas fardas, o que representa um grande esforço de investimento por parte da Câmara Municipal, pelo que agradeceu a todos aqueles que tanto se empenharam para que este processo chegasse finalmente ao fim. Pensa que estas fardas são, efectivamente, mais ajustadas a uma cidade moderna, e apelam a um conceito de cidade limpa e preocupada com o ambiente porque, ao contrário do que muitas vezes se diz, a Polícia Municipal tem também preocupações a este nível, pelo que desde já assumiu o compromisso que aquele serviço tudo fará para que os jardins municipais, particularmente o Jardim da Sereia, tenham uma vigilância mais activa. Finalmente, e por pedido expresso do Sr. Comandante da Polícia Municipal, a Sra. Vereadora deu conhecimento do relatório de actividades do Serviço da Polícia Municipal relativo ao 1º trimestre, onde se verifica que, na verdade, as competências daquele serviço extravasam, e muito, as questões de ordenamento de trânsito, sendo chamada a muitas outras solicitações, se bem que, face à escassez de recursos humanos, a prioridade é dar resposta aos pedidos da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, mas, na verdade, muitos sectores existem aos quais por vezes não é possível atender, como é o caso da ASAE, da ARS, da CCDR-C, do Governo Civil de Coimbra e outros. No que diz respeito às viaturas abandonadas, a Sra. Vereadora informou que é sua intenção que a Polícia Municipal consiga retirar as viaturas da via pública no mais curto espaço de tempo, o que, no 1º trimestre, aconteceu por 47 vezes. A Sra. Vereadora disse que, face ao aumento do número de solicitações que têm vindo a ser dirigidas à Polícia Municipal, é necessário encontrar uma forma de dar resposta uma vez que, como sabemos, é preciso haver contenção no número de horas extraordinárias e os agentes são, efectivamente, poucos, pelo que é um problema para o qual será preciso encontrar uma solução no futuro. Finalmente a Sra. Vereadora deu conhecimento dos inúmeros eventos, desportivos, sociais e culturais, onde a Polícia Municipal esteve presente a prestar o seu contributo. São, na verdade, imensos eventos aos quais a Polícia Municipal tem dado o seu contributo e pretende continuar a dar no futuro, mas cuja resposta se pode tornar equívoca uma vez que os meios são escassos e começa a ser necessário ponderar um novo recrutamento de agentes que possam assegurar um bom serviço.

Intervenção do Sr. Vereador Luís Providência

1. Voto de Pesar – Diogo Vasconcelos

O Sr. Vereador associou-se ao voto de pesar pelo falecimento prematuro de Diogo Vasconcelos.

2. Polícia Municipal

O Sr. Vereador felicitou a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco pelas novas fardas da Polícia Municipal que têm um ar moderno e apropriado para a cidade de Coimbra.

3. Recuperação do Jardim da Sereia

O Sr. Vereador disse que apesar de não ser habitual hoje não pode deixar de dar uma palavra de agradecimento aos trabalhadores do DAQV, com os quais já teve oportunidade de almoçar e agradecer pessoalmente, pelo bom trabalho que efectuaram na recuperação e limpeza do Jardim da Sereia. Assim, felicitou o trabalho desenvolvido por aqueles trabalhadores, nas pessoas do Dr. Veiga Simão e Eng. José Freixo. Pensa que a cidade tem a ganhar e que a Autarquia deve apostar cada vez mais neste tipo de iniciativas que têm poucos custos mas que se traduzem em enormes benefícios para as populações.

4. Árvores do Parque Dr. Manuel Braga

Relativamente a este assunto o Sr. Vereador lembrou que um grupo de cidadão interpôs uma providência cautelar com vista a impedir o abate das árvores no Parque Dr. Manuel Braga que mereceu provimento do Tribunal. Acontece que depois, e por opção própria, não se avançou imediatamente para o abate uma vez que se entendeu que, de forma a não criar qualquer controvérsia ou falta de fundamentação, o melhor seria solicitar parecer ao Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, que tem o Laboratório de Patologia Vegetal mais conceituado do País, que ajudasse a identificar e a solucionar o problema. Foi envolvida também, em todo este processo, a Provedoria do Ambiente e a Universidade de Coimbra, o que atrasou um pouco o relatório que só ficou concluído 2/3 meses depois das primeiras análises de amostras de árvores da cidade. Evidentemente que a providência cautelar provocou o atraso no abate de algumas árvores que já estavam claramente identificadas como infectadas e, como diz o relatório do Instituto Superior de Agronomia, era imperioso travar essa sequência e o contágio às árvores seguintes, o que poderia acontecer por via radicular o que mereceria que se tivessem sacrificado alguns exemplares em bom estado para impedir a transmissão à árvore seguinte. Tal não foi possível, graças à interposição da providência cautelar, mas pensa que, apesar de tudo, este é o preço a pagar pela opção por uma cidadania participativa e pelo envolvimento da sociedade civil na resolução dos problemas. Em resposta mais directa ao Sr. Vereador Álvaro Maia Seco disse que, no essencial, estava de acordo com a intervenção que fez sobre esta matéria, tendo, contudo, algumas dúvidas que a Câmara Municipal deve ter uma atitude semelhante de judicialização da resposta. Entretanto, está já a ser preparada uma comissão que inclua o Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra e que, com o projecto que já existe, permita estabelecer uma recuperação do Parque e a substituição dos exemplares por outros, eventualmente livre dos patogénicos que afectam aqueles plátanos e que permitam a reposição verde e arbórea do parque. Finalmente, esclareceu que existe um levantamento rigoroso de todos os exemplares, de quais estão irremediavelmente perdidos e daqueles que ainda é possível recuperar. Tudo isto faz parte do relatório do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa e há timings que ainda têm de ser acordados com o tribunal.

O Sr. Vereador Álvaro Maia Seco deixou uma nota em relação à questão dos plátanos esclarecendo que não é uma crítica aos serviços mas essencialmente mais um alerta por uma situação que está em crer quem ficará a perder será a cidade, uma vez que na sua opinião esta não será a melhor maneira de substituir os plátanos.

5. Informação desportiva da quinzena

O Sr. Vereador felicitou a equipa feminina da Associação Académica de Coimbra que se sagrou campeã universitária da Europa na modalidade de rugby de seven e, ainda, dois campeões do mundo de atletismo em veteranos, Céu Cunha, do Clube de Veteranos de Atletismo de Coimbra, que se tornou campeã do mundo no lançamento do dardo, e Luís Silva, que representa a Associação Académica de Coimbra, e sagrou-se campeão do mundo em veteranos de 5 mil metros. O Sr. Vereador informou, ainda, que se iniciaram hoje as férias desportivas promovidas pela Divisão de Gestão Desportiva e terminarão no próximo dia 2 de Setembro, e que têm capacidade para acolher 150 crianças entre os 8 e os 16 anos, em cada uma das semanas.

6. Voto de pesar – Maria José Nogueira Pinto

O Sr. Vereador disse que não poderia deixar de propor, ele próprio, um voto de pesar pela morte de Maria José Nogueira Pinto, particularmente porque partilharam uma fase importante da vida do CDS, a Comissão Política Nacional do Dr. José Ribeiro e Castro, no início de 2000. De facto desaparecer aos 59 anos é um choque para todos os que conviveram e aprenderam com o exemplo da Dr.^a Maria José Nogueira Pinto, que é uma mulher livre na política e um exemplo de coragem, verticalidade e inteligência mas, acima de tudo, um grande exemplo de solidez moral, de princípios e de valores, naquilo que muitas vezes vai faltando aos partidos e à sociedade em geral. Foi, seguramente, uma personalidade marcante da política portuguesa, reconhecida por todos os sectores do panorama político nacional e um exemplo enquanto autarca, particularmente no que diz respeito ao plano de recuperação do Rossio, enquanto vereadora da Câmara Municipal de Lisboa. Para finalizar, o Sr. Vereador evocou duas frases da Dr.^a Maria José Nogueira Pinto no último texto publicado no Diário de Notícias, a saber, “nada me faltará”, o que prova bem a sua fé e o seu amor a Cristo, e “acho que descobri a política como amor da cidade e do seu bem”.

Intervenção do Sr. Vereador Rui Duarte

1. Votos de pesar

O Sr. Vereador começou por se associar aos votos de pesar pelos falecimentos de Maria José Nogueira Pinto e Diogo Vasconcelos, personalidades pelas quais nutre o maior respeito.

2. Projecto de apoio a jovens empreendedores

Saudou a iniciativa do Sr. Vereador João Orvalho de apoio aos jovens com ideias inovadoras e empreendedoras no concelho de Coimbra e espera, daqui a algum tempo, estar neste fórum a elogiar os resultados de tal projecto e não apenas a ideia de o pôr em prática. Considerou, no entanto, que a iniciativa só peca por tardia e não pode existir isoladamente. Coimbra tem de ter uma visão estratégica de investimento na educação para o empreendedorismo, tem de se concentrar em liderar em todas as dimensões. Esta educação passaria pelo sistema educativo, a par com todas as outras disciplinas e competências, ou não; mas também passaria por pôr em rede todos os parques e centros de inovação no distrito e na região. Isto porque não há ainda um projecto de dimensão significativa que ligue todos os parques de inovação e claro que todos eles têm alguma coisa a dizer sobre inovação e empreendedorismo económico e social.

3. Censos 2011

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Vereador Carlos Cidade – a perda de população de Coimbra – disse que há dois anos que neste fórum tem vindo a manifestar consecutivamente a falta de condições para a fixação de jovens no concelho, muito especialmente na última década. O Sr. Vereador entende que este Executivo tem de tomar medidas urgentes para inverter a situação.

4. Congresso da ANMP

Sobre o evento supra mencionado, que decorreu Coimbra no passado fim-de-semana, destacou a mensagem do Sr. Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares relativamente às gorduras do Estado. Na sua intervenção, aquele governante afirmou que os autarcas também têm de estar convencidos de que ainda há gorduras na máquina do Estado, que começa nas autarquias, que podem e devem ser cortadas neste período de crise profunda. Assim, entende que esta Autarquia, em particular os vereadores da maioria, devem saber assimilar estas palavras e interpretar o recado objectivo deixado pelo Sr. Ministro.

5. Programas de lazer organizados e/ou apoiados pela CMC

Criticou a falta de actualização em matéria de programas de lazer e tempos livres, no sentido da CMC dar um sinal de inovação, colhendo as melhores práticas do Conselho da Europa sobre educação não formal e treino de valores. O Sr. Vereador entende que, nestes programas, é importante que o lúdico tenha uma importância significativa, mas também é importante que se treinem alguns valores, que se vá ao manual do Conselho da Europa de educação para os direitos humanos, que se forme uma bolsa de formadores, como se faz em tantas outras cidades europeias. Porque estas crianças e jovens serão os futuros cidadãos do mundo e devem, desde já, ser preparados treinando aqueles que são os valores essenciais para formar bons homens e mulheres.

Intervenção do Sr. Vereador António Vilhena

1. Gestão dos tempos de intervenção

O Sr. Vereador António Vilhena disse que usaria da palavra para elogiar a postura democrática assumida pelo Sr. Presidente, ao permitir que cada vereador use da palavra exactamente na medida de tempo de que necessita. A gestão que o Sr. Presidente tem feito do tempo, não interrompendo nenhuma das intervenções, é, na opinião do Sr. Vereador, digna de registo, um gesto de respeito independente de regimentos ou regulamentos.

2. Protagonismo na Comunicação Social

Referiu-se ainda à quantidade de fotografias do Sr. Presidente nos jornais para dizer que não acha este facto estranho, o que acha é que o critério editorial das publicações deveria passar por dar mais tempo de antena aos outros vereadores, nomeadamente à oposição. Ainda assim, o Sr. Vereador afirmou-se satisfeito com o tempo e protagonismo que tem na comunicação social porque, felizmente, sempre que quer passar uma mensagem consegue e confessou até que tem feito algum esforço de comedimento.

Ainda assim, não quis deixar de dizer ao Sr. Presidente que, mesmo com todo o protagonismo que tem na Comunicação Social, vai precisar de muita sorte dadas as últimas notícias relacionadas com antagonismos no seio do PSD local. Acha mesmo que este pode vir a precisar de reforços para assegurar aquelas que são as suas expectativas naturais.

3. Dia da Cidade

O Sr. Vereador mostrou-se satisfeito com as flores que alguém teve a amabilidade de deixar no seu carro naquele dia e que a comunicação social fez questão de repercutir.

4. Prof. José Ribeiro Ferreira jubilado

Deixou ainda uma palavra de apreço por um grande professor desta Universidade que se jubilou na passada semana: o Prof. José Ribeiro Ferreira, que foi também deputado municipal de Coimbra. Natural de Santo Tirso, adoptou Coimbra como a sua cidade de trabalho e de paixão e aqui desempenhou variadíssimas funções no âmbito da cidadania (como rotário e membro de diversas associações). Um homem solidário e um grande humanista, que é neste momento o Presidente da ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Idoso.

5. Falecimento de Diogo Vasconcelos e de Maria José Nogueira Pinto – votos de pesar

O Sr. Vereador disse que naturalmente que acompanhava estes votos de pesar, porque a vida é transversal à ideologia e não se acantona nos combates políticos.

6. Nomeação do novo Bispo de Coimbra

Denotou o esforço da Igreja, aproveitando a nomeação de D. Virgílio Antunes como novo Bispo de Coimbra, para capitalizar a sua mensagem na comunicação social. “Despertar os adormecidos na Fé” é a frase do discurso do novo bispo que melhor reteve e espera que a Igreja consiga de facto despertar todos os seus seguidores para a tão necessária solidariedade que estes tempos exigem para com os mais carenciados, no sentido de se alcançar uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

7. Jardim da Sereia – proposta

Referiu-se ao livro “Ao Espelho da Sereia” e saudou a limpeza feita ao Jardim da Sereia, que lhe devolveu o esplendor que perpassa esta obra belíssima, assinada por nomes respeitáveis, de referência nacional.

O Sr. Vereador, aproveitando as benfeitorias realizadas no Jardim da Sereia, apresentou uma proposta, dada a histórica afinidade quase natural com a marca do literário, que é uma riqueza do nosso património cultural. Assim, algures numa das colinas daquele jardim gostaria que se criasse algo que há muito existe noutras cidades, um espaço de lazer e cultura a que chamaria “Colinas das Palavras”. Este seria uma espécie de recanto dos narradores de todos os tipos de narrativas. E situar-se-ia num eixo privilegiado da cidade: abaixo da Casa Municipal da Cultura, acima da Casa de Chá e perto da Universidade. Acresce que em torno do Jardim da Sereia existem várias habitações onde viveram pessoas ilustres.

O Penedo da Saudade cumpre, ou melhor, cumpriu de certa forma esta função mas, na opinião do Sr. Vereador, está esgotado, já não cabem nele mais ideias, nem poetas, nem palavras.

Intervenção da Sra. Vice - Presidente

1. Intervenção do Vereador António Vilhena – Jardim da Sereia

Considerou que a intervenção do Sr. Vereador António Vilhena foi das melhores que já ouviu, de todos os pontos de vista, não tendo faltado sequer a emoção. Caracterizou-a como rica, livre, de grande poder oratório, como são sempre as que faz, achando que o Sr. Presidente tem razões para se orgulhar pela cidade que tem. Congratulou-se pelas críticas construtivas dos Srs. Vereadores do Partido Socialista e pelas sugestões deixadas pelo Sr. Vereador António Vilhena.

2. Voto de pesar por Maria José Nogueira Pinto

Associou-se ao voto de pesar pelo falecimento de Maria José Nogueira Pinto, acrescentando que ela foi Presidente das Misericórdias a nível nacional, membro activo da Cruz Vermelha, considerando-a uma mulher extraordinária.

3. Voto de pesar pelo falecimento de Diogo Vasconcelos

Associou-se também ao voto de pesar pela morte do Dr. Diogo Vasconcelos.

4. Prof. Dr. Ribeiro Ferreira jubilado

Considerou-o uma figura da cidade, um minhoto que desde os vinte anos adoptou a cidade de Coimbra, não só com o Magistério Universitário, mas também como editor de poesia e literatura, um homem solidário, e Presidente da ANAE.

5. Novo Bispo de Coimbra

Deixou um voto de júbilo também pela ordenação de D. Virgílio Antunes, acrescentando que se trata de um homem jovem. Considerou que Coimbra neste momento tem obrigação de ser dinâmica em todos os sentidos pois tem o Reitor da Universidade, o Presidente da Câmara Municipal e o Bispo da Diocese todos com a idade a rondar os cinquenta. Endereçou as maiores felicidades e votos de maior empenho na diocese pois trata-se de uma diocese com cinco distritos. Deixou também uma palavra e voto de respeito para D. Albino Cleto, que agora deixa a diocese de Coimbra e que trabalhou sempre em estreita colaboração com a Autarquia.

6. Dia da Cidade

Associou-se ao trabalho dos vários colaboradores que tornaram possível que o Dia da Cidade fosse já o primeiro de um tempo que será diferente para o Jardim da Sereia, considerando-o o maior e melhor parque de esculturas em ferro de Rui Chafes que existe em Portugal. Reconheceu que estas estavam brilhantemente estudadas no livro “Ao espelho da sereia” e que foram o motivo para o arranjo de todo o jardim e de todo o trabalho investido nele, trabalho que é para continuar, disse, pois trata-se de manter e preservar um jardim histórico, mandado construir por D. Gaspar de Encarnação, Prior de Santa Cruz.

7. Livro “Ao espelho da sereia”

Informou os presentes que seria distribuído um exemplar do livro “Ao espelho da sereia”, edição do CAV, acompanhado da edição dos livros do “Prémio Literário Miguel Torga 2010” e menção honrosa, outro ponto alto do dia 4 de Julho.

8. Coimbra 1111

Sobre este assunto referiu que a aposta no teatro de rua está a ser um êxito, tendo assistido às três sessões já realizadas mais de 1500 pessoas, devendo-se tal mérito ao esforço do Teatrão.

9. Trabalho realizados pelos colegas Vereadores

Congratulou-se pelo trabalho realizado pelo colega Vereador Francisco Queirós nas acções de alfabetização e formação, pelos novos equipamentos e vestuários da Polícia Municipal e pelo trabalho desenvolvido para as férias desportivas.

10. Projecto SPARDA

Realçou que Coimbra é a única cidade portuguesa que pertence ao Projecto SPARDA - projecto de promoção e implementação da diversidade cultura - realçando o papel entusiasta da Dra. Joana Loureiro na implementação deste. Assim, deu conhecimento que, no âmbito deste projecto no Conselho da Europa, de que fazem parte mais sete países europeus, vai realizar-se um workshop de formação sobre as vantagens da diversidade cultural para profissionais da comunicação social, dinamizado por dois formadores do Conselho da Europa, nos dias 18 e 19 de Julho, na Casa da Escrita.

Intervenção do Sr. Vereador Rui Duarte

1. Instituto Politécnico de Coimbra

Realçou que no Instituto Politécnico de Coimbra uma das preocupações, segundo o seu Presidente, Prof. Rui Antunes, prende-se com as fórmulas de atribuição de subsídio por aluno e alguma discriminação que é feita relativamente aos apoios na acção social. Assim, considerou que seria importante o Sr. Presidente ter uma intervenção de mediação no diálogo que é preciso estabelecer para que se possa chegar a uma solução abonatória para o IPC pois tal seria também abonatório para a cidade de Coimbra e para as instituições de ensino superior da cidade.

Intervenção do Sr. Presidente

1. Voto de pesar por Maria José Nogueira Pinto

O Sr. Presidente associou-se ao já manifestado voto de pesar pela morte da Dra. Maria José Nogueira Pinto, acrescentando que foi um exemplo de mulher de convicções, com as quais poderiam não estar todos de acordo mas que ninguém a poderia acusar de falta de coerência, considerando essa uma das principais virtudes para quem anda no mundo da política.

2. Critérios editoriais dos jornais

O Sr. Presidente comentou que por vezes se considera que determinados assuntos deveriam ter tido maior ênfase e não o têm e outras vezes acontece o contrário. Considerou que é a comunicação social quem determina os seus desígnios, por vezes difíceis de sondar, mas tal faz parte da divisão de tarefas que existe entre política e comunicação social e que espera continue a existir.

3. Freguesias – reformulação do número e áreas

Sobre este assunto considera que de momento ainda é prematuro saber o que vai acontecer. Do discurso do Sr. Primeiro-Ministro pareceu-lhe que não haveria alterações nas freguesias das zonas rurais mais desertificadas, não percebendo o que se queria dizer com tal. Disse que se deve estar preparado para a discussão e aguardar pelas regras que irão ser definidas e depois se verá se vale a pena alterar. Acrescentou ainda que espera que na altura devida se promova um amplo consenso político-partidário em Coimbra, sendo o ideal que venha a existir unanimidade nas decisões que se venham a tomar, pois mexer em fronteiras, muitas delas com 150 anos, deve ser feito com calma e sem a pressão de que tal parece ser a maneira do país poupar dinheiro. Continuou acrescentando que mesmo que tudo corresse muito bem tal representaria uma diminuição da despesa pública microscópica face ao que é possível obter com outro género de reformas.

4. Bispo de Coimbra

Em nome da Câmara Municipal de Coimbra endereçou ao novo Bispo de Coimbra votos de bom trabalho em prol da coisa pública na região.

5. Conselho Municipal de Segurança

Deu conhecimento que convocou o Conselho Municipal de Segurança, que reunirá no dia 14 de Julho, quinta-feira.

6. Censos 2011

Relativamente aos resultados dos Censos 2011, comentou que estes não o surpreenderam. Neles é dito que a população de Coimbra decresceu cerca de três por cento em dez anos. É uma notícia que não pode encarar como boa pois considera que a cidade tem espaço para crescer do ponto de vista demográfico e deve fazê-lo. No entanto, acrescentou que há que ter em conta que as cidades crescem porque atraem pessoas, sendo as oportunidades de trabalho cruciais para tal - emprego por conta de outrem, oportunidades para criar a própria empresa. A cidade pode estar muito bonita, com muitas infra-estruturas culturais, desportivas e outras mas quando não se encontra de que viver não cresce, disse. Logo, tal reflecte que é necessário trabalhar mais, colocando a cidade a produzir mais e a gerar mais oportunidades de trabalho. A este propósito lembrou que este tipo de iniciativas demora, citando o exemplo do IParque. Continuou dizendo que demora mudar o tipo de economia de uma cidade como Coimbra, enquanto esta for quase a 100% dependente do emprego público pois em altura de crise do Estado a cidade não tem futuro. Já há alguns anos que se percebeu que é necessário ter outro tipo de actividades económicas que gerem riqueza e trabalho sendo o IParque um excelente exemplo do que pode e deve ser feito em Coimbra, como também o Instituto Pedro Nunes, que nos últimos anos, pelas contas do próprio Instituto, gerou cerca de 1600 empregos altamente qualificados na região de Coimbra.

Olhando para as estatísticas demográficas anuais que o INE realiza, que começaram a ser realizadas há 10 anos com base num conjunto de indicadores da cidade, considera que a projecção que o INE estava a fazer era de que Coimbra deveria ter cerca de 133.000 habitantes em 2010, mas afinal tem 145.000 habitantes, ainda assim é menos que os 149.000 que tinha há 10 anos. Na sua opinião, explicou, trata-se de um erro do ponto de vista de estatística demográfica, porque no início da década de 2000 as perspectivas eram muito piores do que na actualidade.

Por outro lado, e apesar de não se poderem comparar os dados do último recenseamento eleitoral pois estes contêm elementos incorrectos, pode-se olhar para a tendência. Em 2001 os dados do recenseamento eleitoral davam determinado número de eleitores, existindo depois uma queda abrupta do número de eleitores para 2006, coisa que não acontece com outros centros urbanos como Aveiro e Leiria em que subiram de 2001 para 2006. Na Guarda também cresce o número de eleitores de 2001 para 2006 e no entanto decresce a população nos dados do INE para 2010. Já em Coimbra decresce de 126.000 para 122.000 eleitores e nos cinco anos seguintes aumenta, ou seja, no último recenseamento eleitoral passa para 128.000 eleitores. O que parece acontecer, concluiu, é que Coimbra até meio da

década estava a decrescer a um ritmo preocupante e que começou a recuperar na segunda parte da década. São dois indicadores diferentes mas ambos indicando a mesma coisa. Numa perspectiva optimista, o pior terá passado, e está-se a crescer. As causas são várias e devem-se a 15 ou 20 anos de políticas que não terão sido as mais correctas e a um certo desinvestimento na cidade que foi feito em termos nacionais.

No entanto, está em crer que já nos encontramos a inverter a tendência, mas claramente existe um desafio para continuar, tendo de se fazer mais e melhor.

Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, na sequência das várias intervenções dos Srs. Vereadores, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3224/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar o voto de pesar pelo falecimento da Dra. Maria José Nogueira Pinto.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Deliberação nº 3225/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Diogo Vasconcelos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura ausentou-se da reunião a Sra. Vereadora Maria João Castelo-Branco.

Nesta altura e por serem 17 horas o Sr. Presidente deu início ao Período de Intervenção do Público

PONTO XV- (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Pedro Séneca Cardoso

O Município, referindo-se ao Projecto de Regulamento sobre os animais de companhia e outros discutido na anterior Reunião do Executivo, e uma vez que se tratava apenas de um projecto e acabou por ser retirado, explicou que ficou sem efeito o seu interesse em intervir de momento, preferindo voltar a inscrever-se quando achar oportuno.

O Sr. **Presidente** agradeceu o cuidado do Sr. Pedro Cardoso em ter comparecido, mais porque estava inscrito, e explicou que o Projecto de Regulamento voltará a ser presente à Reunião do Executivo para uma proposta final.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** solicitou esclarecimentos pois, uma vez que a preocupação do Sr. Pedro Cardoso era discutir o regulamento numa sessão pública, gostaria de saber se ficava ou não assente que o regulamento viria à próxima reunião pública ou a uma reunião ordinária.

O Sr. **Vereador Luís Providência** respondeu que considerava que o regulamento deveria ser presente à Reunião do Executivo quando estivesse pronto, seja ela pública ou não. Se fosse presente a uma reunião não pública, o município deveria vir na reunião pública subsequente.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** defendeu que o interesse do município era falar antes da aprovação do regulamento.

O Sr. **Vereador Luís Providência** explicou que o que será presente será um projecto de regulamento que depois de aprovado entrará em período de discussão pública, sendo esse o espaço destinado aos municípios para poderem participar e darem as suas sugestões para o documento. Acrescentou que já foram recolhidas propostas, inclusive a do município ali presente, e entregues à Dra. Filomena Ramalho, directora do serviço médico-veterinário e autora do documento. Continuou, esclarecendo que o município já tem a vantagem que outros não tiveram, porque não vieram entregar nenhum documento aos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e que a sua participação já chegou aos serviços devidos. Reiterou que o município em causa já tem uma participação por escrito que está a ser considerada e todas as que forem entregues terão o mesmo tratamento, acrescentando que não se vai condicionar a vinda de um projecto à reunião do Executivo (que seguirá para discussão pública), a ser presente a uma reunião pública. Informou que neste momento o documento está a ser referenciado artigo a artigo, que foi o que foi solicitado, para que quando o documento for presente se perceba onde há coisas idênticas, ligações directas à lei geral e outras.

O Sr. **Vereador Rui Duarte** esclareceu que encaminharam a reivindicação do município como lhes compete fazer, acrescentando que na reunião do Executivo em que foi apresentado o projecto de regulamento sugeriram que sejam ouvidos os municípios que se manifestaram já sobre o assunto.

O Sr. **Vereador Luís Providencia** esclareceu que o que se está a fazer é reescrever o texto incluindo as referências que foram solicitadas que o texto tivesse e que quando chegar a nova fase de apresentação de proposta de regulamento abrir-se-á à discussão pública pois trata-se de um documento aberto à participação de todos já que é um assunto de saúde pública.

2. Maria de Fátima Mesquita Rodrigues Branco

A Múncipe explicou que a questão que vinha expor era comum a várias pessoas. Habita na Rua Trindade Coelho, rua que possui apenas sentido de trânsito ascendente e liga a Rua Augusta com a Rua António José de Almeida. O prédio onde habita tem mais de 60 anos e é possuidora de uma fracção nele há 15 anos. Explicou que o apartamento tem a Norte o parque infantil de Montes Claros, a Sul outro prédio geminado, a Oeste a parte traseira dos prédios circunvizinhos e de frente a igreja de Nossa Senhora de Lurdes. Há uns meses passou a existir uma capela mortuária exactamente em frente ao prédio. Explicou que conviver diariamente, de manhã à noite, com situações de funerais não é agradável e causa mal-estar nas pessoas que habitam o prédio. Queixou-se da falta de sensibilidade dos arquitectos que se deviam lembrar que existem outras pessoas que não têm de ser obrigadas a ser diariamente confrontadas com o que ocorre na capela. Alertou para o facto de que a Câmara Municipal, quando autorizou a construção da capela mortuária com uma porta de entrada directamente voltada para um prédio, devia ter tido mais atenção, acrescentando que também é difícil para quem está no velório não ter um recato para a situação que está a viver. Continuou explicando que bastava terem pensado em termos construtivos na colocação de um anteparo vertical e outro horizontal. Informou que de momento os serviços encontram-se concessionados a uma empresa funerária (Servilusa), que as pessoas não possuem recato para a chuva ou sol porque se encontram expostas e que as crianças do parque infantil vêem o que está a decorrer. Assim, em nome pessoal, dos moradores do prédio e das pessoas que moram nas imediações solicitou a melhor atenção da Câmara para o problema.

O Sr. **Presidente** explicou que já enviou uma carta ao Sr. Bispo e também à paróquia, para serem estudadas soluções arquitectónicas, com vista à diminuição do impacto visual.

O Sr. **Director Municipal de Administração do Território**, a pedido do Sr. Presidente, explicou que no caso em apreço os antecedentes remontam há já uns tempos, uma vez que o projecto de arquitectura do imóvel foi deferido em 7 de Abril de 1997, prevendo já as capelas mortuárias nos sítios onde se encontram. Informou que foi deferido o licenciamento em 7 de Junho de 2001 e emitido o respectivo alvará de licença de construção em 2002. Foi, como tal, um processo arrastado no tempo. Teve uma prorrogação da licença de construção válida até 21 de Novembro de 2004, telas finais aprovadas em 19 de Agosto de 2005, existiu depois um novo deferimento de alterações em Maio de 2009, decorrendo de momento o procedimento de autorização de utilização.

Deu conhecimento que já tinha ido constatar a envolvente deste projecto e manifestou algum receio de que o peso da construção pudesse estar a colocar em causa os muros de suporte, tendo verificado que apenas parte dos arranjos exteriores projectados se encontram concluídos. Deu ainda conta que existiu uma intervenção municipal com base numa deliberação municipal de 11 de Outubro de 2010, de pavimentação em parte das áreas exteriores, que se terá concretizado em Março deste ano. Atendendo à interpelação da múnicepe, o Sr. Director Municipal de Administração do Território considerou a possibilidade de impor medidas de ocultação de parte destas actividades que, pela sua natureza, merecem mais recato de parte a parte. Resumindo, o Sr. Director explicou que o procedimento de autorização de utilização está aberto, parecendo oportuna a criação de formas de protecção da vizinhança, dos edifícios da envolvente e das actividades que ali vão sendo desempenhadas.

Disse ainda que, como já referido pelo Sr. Presidente, foi efectuada uma sensibilização junto do Sr. Bispo e da paróquia da qual foi dado conhecimento por correio à múnicepe. Admitiu, no entanto, que não existem regras muito rígidas para as capelas mortuárias.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** questionou sobre o processo de autorização de utilização a decorrer, e como é que a capela já está em funcionamento, comentando que mesmo tratando-se de uma igreja não pode cometer ilegalidades, tendo o Sr. Director Municipal de Administração do Território informado que irão ser tomadas as medidas apropriadas.

ORDEM DO DIA

PONTO I - ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

I.1. Acta da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 28 de Junho de 2011

Deliberação nº 3226/2011 (11/07/2011):

- **Aprovada a acta da reunião do dia 28 de Junho de 2011, com as alterações introduzidas à respectiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO II - FINANCEIRO

II.1. Situação Financeira

Foi presente o balancete referente ao dia 8 de Julho de 2011, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 6.556.550,48€ (seis milhõesquinhentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta euros e quarenta e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 3.734.562,83€ (três milhões setæentos e trinta e quatro mil quinhentos e sessenta e dois euros e oitenta e três cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 2.821.987,65 € (dois milhões oitocentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos).

Deliberação nº 3227/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento.**

II.2. Contratos de aquisição de serviço

Para este assunto foi elaborada a informação nº 24133, de 5/07/2011, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3228/2011 (11/07/2011):

- **Emitir parecer favorável, nos termos do artigo 22º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro) às propostas de procedimentos para celebração de contratos de aquisição de serviços solicitadas à Divisão de Património e Aprovisionamento, cuja listagem, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.3. Férias desportivas 2011

Para este assunto foi elaborada a informação nº 24476, de 6/07/2011, do Chefe da Divisão de Património e Aprovisionamento, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3229/2011 (11/07/2011):

- **Emitir parecer favorável, nos termos do artigo 22º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro) à aquisição de serviços para a elaboração e operacionalização das Férias Desportivas 2011.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

II.4. Parecer do Fiscal Único sobre o Valor das Indemnizações Compensatórias previstas no Contrato programa de animação turística do ano de 2011, a celebrar com a TC – Turismo de Coimbra, EM – conhecimento

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** referiu que foi oportuna a entrega da adenda ao contrato programa, fazendo no entanto advertências que têm a ver com as falhas que existiam, uma vez que se estava perante a eminência do contrato programa apenas mencionar a diferença entre os proveitos e os custos, ou seja, o que considerou ser o financiamento da empresa Municipal de Turismo. Acrescentou que o contrato programa deve ser objectivo e ter indicadores, explicitando que a necessidade e exigência dos indicadores é uma forma de responsabilização dos próprios administradores em relação ao que projectam e ao que é efectuado. Concluiu esperando que num balanço a efectuar não venham a ter pena de não terem tomado outras posições.

Para este assunto foi presente a informação nº 24669, de 7/07/2011, da Chefe da Divisão de Gestão Financeira, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 3230/2011 (11/07/2011):

- **Tomar conhecimento do parecer do Fiscal Único da TC – Turismo de Coimbra, EM, Dr. Gabriel Cortez Balhau Ferreira da Piedade, datado de 05.07.2011, do qual consta a apreciação técnica sobre a**

razoabilidade e justificação económica - financeira da compensação financeira a atribuir àquela Empresa Municipal, no âmbito do Contrato – Programa de Animação Turística para 2011, cuja minuta foi aprovada em deliberação da Câmara Municipal nº 2917/2011, de 18/04/2011.

PONTO III - ESTUDOS E PROJECTO MUNICIPAL DO PLANO

III.1. 6ª Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2011 – conhecimento

Através da informação n.º 21483, de 13/06/2011, do Gabinete de Estudos e do Projecto Municipal do Plano, foi dado conhecimento da 6.ª Alteração às GOP e ao Orçamento para 2011.

Nesse sentido, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3231/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento do despacho do Sr. Presidente de 13/06/2011, que aprovou a 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2011, no valor total de 1.766.170,00€ de reforços e de anulações no Orçamento da Despesa, sendo 1.367.102,00€ de reforços e de 902.082,00€ de anulações em despesas correntes e 399.068,00€ em reforços e 864.088,00€ em anulações em despesas de capital, que tem o devido enquadramento legal nos termos dos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e nos termos do Capítulo VII da Norma de Controlo Interno.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO IV- APOIO JURIDICO

IV.1. Recurso hierárquico interposto por Basílio José Batista Rasteiro

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 20498 da Divisão de Estudos e Pareceres de 24-05-2011, sobre a qual foi exarado parecer da respectiva chefe de Divisão em 03-06-2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3232/2011 (11/07/2011):

- **Confirmar a deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC de 20-10-2010, indeferindo o recurso hierárquico interposto por Basílio José Batista Rasteiro relativamente à transição da Carreira Geral de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico para a Carreira Geral de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO V- APOIO ÀS FREGUESIAS

V.1. Protocolos de Delegação de Competências 2011 – Junta de Freguesia de Ribeira de Frades – alteração

A Junta de Freguesia de Ribeira de Frades solicitou a alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais de 2011, propondo-se eliminar a requalificação do Parque Infantil dos Castanheiros e aplicar a verba numa vedação para o Parque de Lazer de Santa Eufémia, uma vez que este espaço necessitava de vedação para que as bolas utilizadas no campo não saltassem para o arruamento.

Assim, e por ser justificável o pedido de alteração apresentado e dele não resultar acréscimo de encargos para o Município, foi elaborada a informação n.º 21982, de 16/06/2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3233/2011 (11/07/2011):

- **Autorizar a seguinte alteração ao Protocolo de Delegação de Competências Municipais para 2011 à Junta de Freguesia de Ribeira de Frades:**
- | | |
|---|-----------|
| Acção a anular: | |
| - Requalificação do Parque Infantil dos Castanheiros – Fonte dos Castanheiros | 3.000,00€ |
| Nova Acção: | |
| - Parque Infantil de Santa Eufémia – vedação | 3.000,00€ |

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.2. Ampliação do Cemitério da Lamarosa – suspensão parcial dos trabalhos

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 18838, de 25-05-2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3234/2011 (11/07/2011):

- **Suspender temporária e parcialmente os trabalhos no acesso da empreitada “Ampliação do Cemitério da Lamarosa” por razões não imputáveis ao empreiteiro e ao abrigo do art. 365º do DL 18/2008, de 29 de Janeiro, designadamente:**
 - parte da terraplanagem
 - parte da pavimentação
 - parte da drenagem de águas residuais
 - rede de iluminação pública

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.3. Circular externa com início ao Km 1+ 525 – reparações

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 19002, de 24-05-2011, do Gabinete de Apoio às Freguesias, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3235/2011 (11/07/2011):

- **Anular o presente concurso para a empreitada “Circular Externa com Início ao Km 1+525 – Reparções”;**
- **Proceder à abertura de um novo concurso por ajuste directo – regime geral, nos termos dos art. 19º e 112º a 127º do Código dos Contratos Públicos, com características idênticas ao concurso anterior, ou seja:**
 - Preço base de 139.975,00€ (acrescido de IVA)
 - Prazo de execução de 45 dias
 - Alteração ao caderno de encargos para o prazo de 45 dias
 - Utilização da plataforma electrónica de contratação pública <http://www.vortalgov.pt> como único meio de apresentação pelos concorrentes dos documentos que constituem a proposta
- **Aprovar a seguinte lista de empresas a convidar:**
 - Marsilop, Sociedade de Empreitadas, SA.
 - Oliveiras, Engenharia e Construção, SA.
 - José A. Guardado Carvalho e Filhos, Lda.
 - Isidoro Correia da Silva, Lda.
 - Redevias, Sociedade de Construção e Vias, SA.
 - J.J.R. & Filhos, SA.
 - Civilvias, Construção de Vias, Lda.
 - Asibel Construções, SA.
 - A.M. Cacho e Brás, SA.
- **Aprovar o seguinte júri do procedimento, nos termos do art. 67º do Código dos Contratos Públicos:**
 - Eng.ª Anabela Duarte, Técnica do Gabinete de Apoio às Freguesias
 - Eng.ª Nadea Morais, Técnica do Gabinete de Apoio às Freguesias
 - Mário Nobre, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio às FreguesiasSuplentes:
 - Arqt.º Nuno Caetano, Técnico do Gabinete de Apoio às Freguesias
 - Eng.º José Atam, Técnico da Divisão de Vias e Espaços Exteriores

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VI- CENTRO HISTÓRICO**VI.1. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito no Beco do Fanado, nº 1/1A e Terreiro da Erva, nº 12 a 13**

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 23535, de 29/06/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3236/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 30/06/2011, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito no Beco do Fanado, nº 1/1A e Terreiro da Erva, nºs 12 a 13, freguesia de Santa Cruz, descrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 296, pelo valor de € 85.000,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.2. A Água como Património – experiências e saberes na reabilitação de cidades ribeirinhas e paisagens fluviais – aquisição de serviços

Relativamente ao assunto em epígrafe foi apresentada a informação n.º 22313, de 17-06-2011, do Gabinete para o Centro Histórico, que apresentava o projecto “A Água como Património – experiências e saberes na reabilitação de cidades ribeirinhas e paisagens fluviais”, de que o Município é parceiro e que é co-financiado pela *Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura* da Comissão Europeia.

Neste contexto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3237/2011 (11/07/2011):

- **Emitir parecer favorável à aquisição de serviços de consultadoria técnica para a organização dos ateliers locais no âmbito do projecto “A Água como Património – experiências e saberes na reabilitação de cidades ribeirinhas e paisagens fluviais”, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima referida.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.3. Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da Couraça dos Apóstolos – conta final

Sobre este assunto, e tendo por base a informação n.º 22699, de 21-06-2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3238/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento da assinatura da conta final da empreitada de Repavimentação e Remodelação de Infra-estruturas da Couraça dos Apóstolos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.4. Imóvel sito na Couraça de Lisboa nº 1 e 3, Freguesia de Almedina – Isenção de IMI

Sobre este assunto, e tendo por base a informação n.º 23005, de 24-06-2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3239/2011 (11/07/2011):

- **Isentar o proprietário Vítor Manuel Amorim da Silva do pagamento de IMI, dado que as obras executadas no imóvel sito à Couraça de Lisboa, n.º 1 a 3, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Almedina sob o artigo n.º 759, se enquadram no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais para efeitos de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis para o biénio 2008/2009.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VI.5. Despachos proferidos pelo Sr. Presidente relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Maio de 2011 – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 22817, de 21/06/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Presidente, relativos àquele Gabinete, respeitantes ao mês de Maio de 2011, cuja relação, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3240/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento.**

VI.6. Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão relativos ao Gabinete para o Centro Histórico – Maio de 2011 – conhecimento

Para este assunto foi presente a informação n.º 22818, de 21/06/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, que dá conta dos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Paulo Leitão, relativos àquele Gabinete, respeitantes ao mês de Maio de 2011, cuja relação, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3241/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento.**

VI.7. Eventual exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito na Rua do Loureiro, nºs 39 e 41 – freguesia de Sé Nova

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 24599, de 07/07/2011, do Gabinete para o Centro Histórico, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3242/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 08/07/2011, que determinou o não exercício do direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito na Rua do Loureiro, nºs 39 e 41, freguesia de Sé Nova, pelo valor de € 75.000,00, nos termos da informação do Gabinete para o Centro Histórico acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO VII - DIRECÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**VII.1. Instituto Pedro Nunes – TecBis (Aceleradora de Empresas)**

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** referiu que este caso se resumia a aceitar em espécie as contrapartidas para efeitos de infra-estruturas que o Instituto Pedro Nunes tem que oferecer. Disse não ter nenhuma dúvida em relação à bondade da solução e que todos estarão de acordo que o Instituto presta um importante serviço público à cidade e ao concelho, mas considera criar-se um precedente e, atendendo à relevância dos valores financeiros em causa, tal proposta não deve ser votada sem um parecer jurídico que confirme a legalidade do processo. Disse que votaria a favor, mas considerou apenas estar em condições de votar se o processo vier acompanhado de um parecer jurídico garantindo aquilo que é defendido pelo Sr. Director Municipal.

O Sr. **Presidente** interveio para lembrar que se trata de uma excepção, dada a relevância do Instituto em causa.

O Sr. **Director Municipal de Administração do Território** usou da palavra para esclarecer que o assunto foi discutido com juristas, admitindo que é uma leitura que se está a fazer pela primeira e se calhar pela última vez, no âmbito do Município. Explicou que o IPN tem solicitado muita urgência no desbloquear do assunto para poder começar a obra, mas aceitou pedir o parecer sugerido, uma vez que existem dúvidas.

Sobre este assunto, o Sr. **Vereador Carlos Cidade** disse perceber a excepcionalidade colocada, sabendo que o tempo para o IPN é importante face aos financiamentos que estão em causa. Aproveitou para solicitar alguns esclarecimentos adicionais sobre o parecer dado no processo, tendo-os obtido por parte do Sr. **Director Municipal de Administração do Território**, que acrescentou ser o IPN uma instituição que tem dado provas de grande eficácia e competência na gestão dos seus próprios investimentos, clarificando que propôs a ponderação entre a substituição de uma eventual caução pela aceitação por parte do IPN do condicionamento de que a autorização de utilização do novo imóvel só será emitida depois de as obras de infra-estruturação estarem recebidas, ou seja, depois da quantia ligeiramente superior à das taxas em numerário ser recebida pela Câmara.

O Sr. **Vereador Carlos Cidade** lembrou que para o Município e concelho as obras a executar pelo IPN serão de valor mais elevado do que o seriam as taxas e haverá espaço público que passará para a Câmara. Assim, na sua opinião, como político, concorda com a aprovação deste processo.

No entanto, o Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** discordou desta opinião, alegando que a ausência de proibição na Lei pode não ser clara para a autorização, e, como tal, considerou mais seguro aguardar por um parecer jurídico, mesmo

considerando que a cidade beneficia com a proposta apresentada e com as infra-estruturas que serão criadas para a acessibilidade ao Pólo II da Universidade.

O Sr. **Presidente** acrescentou que tem a convicção de que a proposta não terá problemas jurídicos mas que tem consciência que por vezes a lógica nem sempre preside quando as coisas são analisadas nessa perspectiva. No entanto, alertou para o problema de timing do Instituto e para o facto de, dada a excepcionalidade que está em causa, ter gosto que fosse uma votação por unanimidade.

Face ao exposto, este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

PONTO VIII - PLANEAMENTO

VIII.1. IC3 Lanço Condeixa/Coimbra (IP3 IC2)

Sobre este assunto o Sr. **Director Municipal de Administração do Território**, a pedido do Sr. Presidente, explicou que se tratava da apresentação dos documentos para serem deliberados numa próxima reunião do Executivo. Ou seja, a ideia é todos poderem ter acesso à documentação relevante mas terem um prazo dilatado para a analisar. Deu ainda conhecimento que os próprios serviços não tiveram muito tempo para a análise mais em pormenor uma vez que o estudo de impacte ambiental é bastante denso e chegou há muito pouco tempo.

Esclareceu que no tocante à geometria do traçado que foi objecto da avaliação de impacte ambiental, a solução é na essência a mesma que os serviços designaram por solução 3 da última vez que a Câmara se pronunciou sobre esta matéria. Efectuando um breve resumo, lembrou que existia uma solução designada por 1 que foi alvo de duas DIA (Declarações de Impacte Ambiental) em 2009; de seguida, no processo de concurso, o concorrente vencedor (Ascendi) concorreu com uma variante tendo ficado designada como solução 2, tendo agora em termos de projecto de execução evoluído para a solução 3, que difere das outras por ter uma rasante mais alta e ter mais viadutos e menos túneis. A posição da Câmara, lembrou, frisava a necessidade de comparar, em sede da nova avaliação de impacte ambiental, a solução designada por 3 com a solução 1, e, por força das deliberações tomadas pelo Executivo e da intransigência demonstrada, acabou-se por conseguir a comparação dos estudos. O estudo comparativo das duas soluções tem dois capítulos:

- Um tem a ver com uma análise multicritérios de apoio à decisão em que o Prof. Antunes Ferreira usou um método binário, de boa e má solução, para comparar 28 critérios nas duas soluções, conferindo zero à pior solução e cem à melhor solução. Não lhe pareceu este um modelo muito claro de análise multicritério, disse, tendo os próprios serviços tentado desenvolver um modelo alternativo. Assim, explicou, o modelo agora apresentado vai colocar os 11 membros do Executivo Municipal com a capacidade de decidir e ponderar tecnicamente aqueles que para cada um são os critérios mais relevantes para a comparação das duas soluções. Explicitou que tal exercício consiste em considerar uma maior valorização dos critérios que são mais importantes, em detrimento de outros, consoante a sensibilidade de cada um e os aspectos que valorizam mais. No fim, depois de todos os decisores pesarem a importância relativa dos critérios, essa ponderação é introduzida num modelo matemático que calcula quanto é que as soluções valem comparativamente. Disse que prevê chegar-se a uma conclusão menos estremada que a do estudo agora apresentado, onde uma das soluções vale 68% e a outra 32%. Explicou ainda que os resultados serão alvo de debate numa próxima reunião do Executivo e passíveis de serem alterados durante a própria reunião.

- O outro capítulo ou estudo tem um relatório sobre a análise de ciclo de vida da obra. Explicou que por vezes é importante perceber que o investimento inicial pode ditar determinadas regras mas os custos de exploração podem inverter os raciocínios. Daí a importância e inovação do estudo em causa. Acrescentou ainda que outro motivo de não se propor o assunto para decisão já prende-se com o voltar a ouvir as Juntas de Freguesia abrangidas pelo traçado, prevendo que dentro de quinze dias já se terão recolhido as posições destas. Esclareceu, por fim, que o estudo de impacte ambiental não responde a um conjunto de contrapartidas e de obrigações que se foram impondo ao concessionário porque parte delas não foram assumidas na relação do subconcessionário com o concessionário, ficando de fora muitas das obras complementares da concessão. É pois esperado que algumas Juntas de Freguesia venham a dizer que faltam determinados traçados, explicando que na prática não faltam. O que acontece de facto é que eles não foram objecto da avaliação de impacte ambiental, ou porque por si só não seriam susceptíveis de obrigar a uma avaliação de impacte ambiental, ou por outro lado, porque são obras complementares fora da área da concessão.

O Sr. **Presidente** usou da palavra para lembrar que os documentos estão presentes para que se tenha tempo de pensar no assunto, reunir, ouvir as Juntas de Freguesia para que depois seja tomada uma decisão.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** manifestou estranheza por na avaliação em causa não aparecer a questão dos custos para o Estado, solicitando assim ao Executivo que pergunte à Estradas de Portugal qual a estimativa que possui de custo relativo das duas alternativas, pois está em crer que uma solução é mais barata que a outra, desconhecendo-se a quantia. Acrescentou que em relação ao desafio lançado (comparar as duas soluções) necessita de um instrumento mais potente para poder comparar as soluções, sugerindo uma tabela dinâmica de Excel para trabalhar as suas opções. Foi esclarecido pelo Sr. **Director Municipal de Administração do Território** que iria receber essa tabela. No tocante

ao assunto das contrapartidas, embora estejam fora do universo do estudo do impacto ambiental, o Sr. **Vereador** disse precisa que sejam relembradas para fundamentar a sua decisão. Assim, solicitou que fossem relembradas quais as contrapartidas que têm sido pedidas e qual o grau de certeza ou não da sua concretização, citando o exemplo da resolução do problema da Variante da Nacional 17.

A este respeito, o Sr. **Director Municipal de Administração do Território** recordou que a informação técnica dos serviços já possuía essas condições para uma eventual viabilização, tendo sido a Câmara quem não quis optar, na altura, por deliberar que a solução 3 era aceitável desde fossem realizadas tais obras complementares.

O Sr. **Vereador João Orvalho** considerou que estaria mais confortável, uma vez que se trata de todo um processo muito técnico, em decidir sobre a opção A ou B estando elas fundamentadas pelos serviços, e não ser colocado na situação de ter de simular e pesar critérios.

O Sr. **Presidente** esclareceu que a essência da decisão seria política e que o apresentado se trata de um conjunto de instrumentos que poderão ajudar a que cada um tome a sua decisão, que será política e que quem pretender tomar a decisão com base noutros critérios claro que o poderá fazer.

Sobre este assunto o Sr. **Vereador Carlos Cidade** considerou também ter dificuldade em aceitar a sugestão dada, considerando que a sua decisão terá de ser fundamentada sobre parecer técnico. Questionou qual a posição dos serviços técnicos da Câmara sobre as opções em análise e o estudo comparativo e sobre os moldes em que a consulta às Juntas de Freguesias seria feita.

O Sr. **Director Municipal de Administração do Território** esclareceu que a informação dos serviços elucidará, do ponto de vista técnico, qual a posição sobre a avaliação de impacte ambiental da solução agora em apreço que os serviços entendem que a Câmara Municipal deve assumir.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** retomou a palavra para clarificar que considera que o agora solicitado se trata de um instrumento de uso privado. Esclareceu ainda que, no caso em apreço, se trata de um problema multi-objectivo onde os técnicos não podem fazer o trabalho todo de análise, porque o problema tem múltiplas facetas, várias maneiras de abordar e em que a comparação dos resultados em relação aos vários objectivos em causa levanta controvérsia. Não é possível reduzir a função utilidade a uma única unidade de medição, sendo a mais utilizada o dinheiro. Neste tipo de problemas, multi-objectivos, torna-se complicado, controverso e impossível de provar que, por exemplo, uma casa mais afectada por um projecto vale determinado valor de prejuízo, porque isso depende da sensibilidade de cada um. É neste tipo de problemas que se aplica este sistema de apoio à decisão. São, por isso, instrumentos de apoio à decisão, para ajudar o decisor político a ter a noção de qual a diferença nos resultados em função do peso maior ou menor que for dando a cada um dos objectivos que estão em causa. Assim, considera que a maneira correcta de encarar este instrumento é a de apoio à decisão política, ressaltando que se podem considerar outros critérios para análise por se considerarem pertinentes e, como tal, não se estará condicionado apenas a determinados critérios, referindo que o fornecido é apenas uma ferramenta que pode contribuir para conformar a decisão. Trata-se de critérios de análise com ponderação subjectiva consoante a sensibilidade de cada um e, como tal, a decisão depois é colegial, existindo um denominador comum que tem de ser resolvido.

O Sr. **Vereador Francisco Queirós** acrescentou que a decisão será sempre política, no entanto considerou que se deveria exigir um parecer técnico claro. Considerou que valorar mais um aspecto do que outro não passará de um feeling contestável tecnicamente. Terminou dizendo que poderá efectuar o desafio colocado para ajudar à reflexão mas apenas nesse sentido.

Ainda sobre este tema o Sr. **Vereador João Orvalho** acrescentou que todos os problemas são complexos e são de múltiplas variáveis e como tal para ajudar nestes estudos e decisões têm de existir trabalhos onde o custo benefício esteja colocado mas para tal a componente política tem de definir um conjunto de premissas que têm de ser cumpridas.

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 24761, de 07-07-2011, da Divisão de Ordenamento e Estratégia, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3243/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento da informação acima referida, relativa à subconcessão do Pinhal Interior – IC3 Lanço Condeixa/Coimbra (IP3-IC2): análise multi-critérios de apoio à decisão.**

PONTO IX - GESTÃO URBANÍSTICA E RENOVAÇÃO URBANA

IX.1. Quadrar - Construção e Promoção Imobiliária, SA. – Operação de Loteamento – Estação Velha (Terreno C) - Eiras – Regº nº 17388/2007

Para este assunto, e com base na informação n.º 1103, de 07-06-2011, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, que mereceu parecer da Chefe de Divisão em 27-06-2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3244/2011 (11/07/2011):

- **Declarar a caducidade da deliberação n.º 3297, de 04-06-2007, segundo a qual foi aprovado o licenciamento da operação de loteamento, com os fundamentos enunciados na informação n.º 772/2011/DERU.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.2. Quadrar - Construção e Promoção Imobiliária, SA. - Informação Prévia – Alto da Estação Velha – Regº nº 68493/2010

Para este assunto, e com base na informação n.º 1102, de 07-06-2011, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, que mereceu parecer da Chefe de Divisão em 27-06-2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3245/2011 (11/07/2011):

- **Emitir parecer desfavorável ao pedido de informação prévia da operação de loteamento que instrui o registo n.º 68493/2010, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 24º do RJUE e com os fundamentos de facto e de direito enunciados na informação n.º 744/2011/DERU.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.3. Herdeiros de Maria Adelaide Brito P.S. e Bourbon Bobone – Projecto de loteamento – Casal das Lapas – Portela do Mondego – Regº nº 66929/2010

Sobre este assunto o Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** disse estar de acordo com o parecer técnico e, como tal, com o indeferimento. Mas, aproveitando o assunto, chamou a atenção para a ocupação das áreas prioritárias dos espaços urbanos de Coimbra. Acrescentou que sendo este um pequeno loteamento, mas numa zona interessante porque na zona da estação do Metro onde há um investimento significativo em reconstrução urbana, reforça a importância do que é para a Câmara ter uma atitude pró-activa para tentar potenciar as poucas dinâmicas imobiliárias que neste momento ainda se verificam para viabilizar boas soluções urbanísticas. Ou seja, incentivar os serviços da câmara a promover junto dos proprietários envolventes a procura de uma solução urbanística que possa ser viabilizada a curto prazo e que possa aproveitar o investimento feito pelo Metro. Deixou também o pedido para que mesmo que não sendo apresentada pelo promotor, os serviços fizessem chegar uma peça gráfica com as acessibilidades pedonais aos loteamentos, nomeadamente à estação de transportes colectivos mais próxima, seja ela uma previsão do Metro ou uma existente dos SMTUC. No caso em concreto, está em crer, que é mais um exemplo de investimento, em que está uma estação de Metro prevista para muito próximo, onde se investiu mais na envolvente urbanista, e que depois não é aproveitada. Acrescentou que em situações em que possa existir alguma capacidade discricionária (de aprovar ou não), esse será um dos factores que fará tender para um lado ou outro. Relembrou que se se quer ter uma cidade com mobilidade sustentada em transportes colectivos terá que ser feito um esforço agora.

O Sr. **Presidente** informou que certamente os serviços tomariam devida nota destas observações.

Assim, e com base na informação n.º 1218, de 27-06-2011, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, que mereceu parecer da Chefe de Divisão na mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3246/2011 (11/07/2011):

- **Indeferir o pedido de licenciamento da operação de loteamento que instrui o registo n.º 66929/2010, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do RJUE e com os fundamentos de facto e de direito enunciados na informação n.º 955/2011/DERU.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.4. Agostinho Cordeiro de Freitas – Licenciamento de obras – Rua Jaime Cortesão, 47 – Urb. Santa Apolónia – Regº nº 36044/2011

Para este assunto, e com base na informação n.º 1254, de 30-06-2011, da Divisão de Estruturação e Renovação Urbana, que mereceu parecer da Chefe de Divisão em 01-07-2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3247/2011 (11/07/2011):

- **Declarar a caducidade do despacho de deferimento do pedido de aprovação do projecto de arquitectura, proferido em 08-01-2010, de acordo com os fundamentos enunciados na informação supra identificada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IX.5. SENAC – Soc. Imobiliária SA – Alteração de operação de loteamento – Ponte de Eiras - Adémia – Regº nº 32090/2011

Sobre este assunto, e com base na informação n.º 933, de 05-07-2011, da Divisão de Gestão Urbanística Norte, que mereceu parecer do Chefe de Divisão na mesma data, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3248/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar os projectos de alteração do alvará de loteamento n.º 511/2003, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 27º do RJUE e nos termos da informação da Divisão de Gestão Urbanística Norte acima mencionada.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. O Sr. Vereador António Vilhena não participou na votação por não se encontrar presente na reunião.

PONTO X - OBRAS E GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUNICIPAIS

X.1. Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua Dr. Jaime Cortesão – S. João do Campo – lista de erros e omissões

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 23887, de 30/06/2011, da Divisão de Vias e Espaços Exteriores, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3249/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente, de 01/07/2011, que rejeitou as listas de erros e omissões apresentada pelos concorrentes Briopul – Sociedade de Obras Públicas e Privadas e Vítor Almeida & Filhos, S.A., referentes à empreitada “Rede de Drenagem de Águas Pluviais na Rua Dr. Jaime Cortesão – S. João do Campo”, notificando-se os interessados no procedimento, através de publicitação na plataforma electrónica vortalGOV utilizada pelo Município, da decisão sobre os erros e omissões, conforme estabelecido no ponto 6 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos (CCP) anexo ao DL nº 18/2008, de 29/01;**
- **Aprovar o período de suspensão do prazo para a apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto daquele prazo (29 de Junho) até à data da publicitação da decisão sobre as listas de erros e omissões na plataforma electrónica vortalGOV, e respectivo ajustamento no procedimento, nos termos do ponto 3 do artigo 61º do CCP.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.2. Construção de novas redes de drenagem pluvial – Rua da Chainça, Rua Vicente Pindela e Estrada Principal da Corrente – Relatório Final – adjudicação

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 22469, de 20/06/2011, da Divisão de Vias e Espaços Exteriores, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 3250/2011 (11/07/2011):

- **Tomar conhecimento do despacho do Sr. Presidente que aprovou a lista ordenada das propostas dos concorrentes e adjudicou a empreitada “Construção de Novas Redes de Drenagem Pluvial – Rua da Chainça, Rua Vicente Pindela e Estrada Principal da Corrente” à firma E.T.C. – Estudos e Trabalhos de Construção, Lda., pelo valor de 105.284,58 € (cento e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos), a acrescer o I.V.A. à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 150 dias, por ser a proposta mais vantajosa e que se encontra nas condições legais e formais exigidas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.3. Requalificação da Rede Viária do Concelho – Plano de Tapetes 2011 – Relatório Final – adjudicação

Para este assunto, e com base na informação n.º 23478, de 28/06/2011, elaborada pelo Júri do Procedimento (Divisão de Vias e Espaços Exteriores), o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3251/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a lista ordenada das propostas dos concorrentes;**
- **Adjudicar a empreitada “Requalificação da Rede Viária do Concelho - Plano de Tapetes 2011” à firma Prioridade – Construção de Vias de Comunicação S.A., pelo valor de 614.540,15 € (seiscentos e catorze mil, quinhentos e quarenta euros e quinze cêntimos), a acrescer o I.V.A. à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 150 dias, por ser a proposta mais vantajosa e que se encontra nas condições legais e formais exigidas.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.4. Ampliação do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Coimbra – revisão de preços definitiva

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 22385, de 17/06/2011, da Divisão de Equipamentos e Edifícios, e parecer da Chefe da mesma Divisão, de 22/06/2011, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3252/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a Revisão de Preços Definitiva da empreitada “Ampliação do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Coimbra”, no valor de 1.879,14 €, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, resultando um valor líquido de 0,00 €, tendo em conta o valor descontado pela revisão de preços provisória;**
- **Aprovar a conta final da empreitada em causa no valor de 118.987,77 € (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.5. Climatização dos Depósitos de Livros e Jornais na Casa Municipal da Cultura – recepção definitiva

Para o assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 39268, de 27/06/2011, do Chefe da Divisão de Equipamentos e Iluminação Pública, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3253/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a Recepção Definitiva da empreitada “Climatização dos Depósitos de Livros e Jornais na Casa Municipal da Cultura”;**
- **Libertar os Seguros Caução da Mapfre n.º 7400114930416 no valor de € 7.660,68, n.º 7440214931727 no valor de € 7.660,69 e n.º 7440414933088 no valor de € 978,00, que perfazem um valor total de € 16.299,37.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

X.6. Requalificação do Espaço junto à Igreja Matriz de Souselas – conta final

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 23864, de 30/06/2011, da Divisão de Vias e Espaços Exteriores, tendo o Executivo deliberado:

Deliberação nº 3254/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a Conta Final da empreitada “Requalificação do Espaço junto à Igreja Matriz de Souselas”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XI - EDUCAÇÃO, ACCÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

XI.1. Pessoas com Deficiência – Candidatura ao INR

Relativamente ao assunto supra identificado foi apresentada a informação n.º 21433, de 13-06-2011, da Divisão de Acção Social e Família, que se transcreve:

“No âmbito da implementação do Plano de Acção 2011 da Rede Social de Coimbra, o Grupo de Trabalho do Eixo de Intervenção *“Pessoas Com Deficiência”* do qual a Câmara Municipal de Coimbra através da Divisão de Acção Social e Família faz parte, através da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) apresentou uma candidatura ao Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) ao Sub-Programa *Para Todos 2011*.

O Grupo de Trabalho é constituído pelas seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro, IP;
- Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC);
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM);
- Câmara Municipal de Coimbra - Divisão de Acção Social e Família – Rede Social;
- Associação Acreditar;
- Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP);
- Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência (AFSD);
- Associação Portuguesa para a Perturbação do Autismo de Coimbra APPDA);
- Centro Hospitalar psiquiátrico de Coimbra.

A candidatura tem como principais objectivos:

- Promover a inserção social e laboral da pessoa com deficiência, aumentando a sua participação plena na comunidade em geral.
- Afirmar a pessoa com deficiência enquanto pessoa de direito e garantir o respeito pela sua dignidade bem como pela diferença e diversidade.
- Sensibilizar a comunidade em geral para o princípio da igualdade de oportunidades e da acessibilidade da pessoa com deficiência e fomentar o reconhecimento do seu valor.

Em termos mais específicos pretende-se:

- Proporcionar a técnicos e outras pessoas com interesse na área da reabilitação a partilha e discussão sobre práticas e modelos de intervenção que promovam autonomia e o aumento da inserção e participação em contextos comunitários da pessoa com deficiência
- Combater estereótipos sobre as competências laborais da pessoa com deficiência, divulgando boas práticas na integração em mercado regular de trabalho deste tipo de público, bem como sensibilizar o tecido empresarial para a mais-valia da responsabilidade social e seu reconhecimento
- Alertar a comunidade em geral para as dificuldades acrescidas da pessoa com deficiência no domínio das acessibilidades e igualdade de oportunidades

A concretização destes objectivos passa pela organização de iniciativas dirigidas a públicos diferenciados:

- a) Técnicos de organizações de representação de pessoa com deficiência e outros técnicos e pessoas com interesse na área da reabilitação e modelos de intervenção;
- b) Tecido empresarial;
- c) Comunidade em geral.

Para concretizar cada um dos objectivos foram propostas a realização das seguintes acções:

- I.** Realizar um seminário de 1 dia subordinado ao tema de modelos alternativos à Institucionalização destinado a pessoas com interesse nesta temática e no decurso do qual serão apresentadas comunicações subordinadas ao tema de modelos e boas práticas que contribuam para a inserção comunitária das pessoas com deficiências
- II.** Elaborar um flyer/panfleto com casos concretos de boas práticas de inserção profissional o qual será distribuído junto dos empresários/empresas do Município. Este flyer terá como principal característica, ser visualmente apelativo e de fácil leitura.
- III.** Realizar uma cerimónia pública para atribuição de um prémio de responsabilidade social aos empresários/empresas do Município de Coimbra que nos últimos anos se destacaram nesta área no domínio da deficiência e/ou incapacidades bem como a atribuição de um prémio de mérito a pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade inseridas no mercado de trabalho.
- IV.** Elaborar rolls-up com fotos e frases chave sobre as dificuldades acrescidas no domínio das acessibilidades das pessoas com deficiência. Estes roll-ups serão expostos em locais de destaque do Município.

Enquanto o Grupo de Trabalho aguarda os resultados da candidatura, pretende-se levar a cabo a realização das acções que não terão qualquer custo financeiro, principalmente a realização de uma iniciativa intitulada *“Cerimonia de reconhecimento de empresários/empresas e pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade”*, a qual consiste na atribuição de Prémios de Mérito no domínio da Responsabilidade Social – Contratação de pessoas com deficiência e/ou

incapacidade aos empresários/empresas e atribuição de Prémios de Mérito a colaboradores portadores de deficiência e/ou incapacidade.

Na cerimónia serão reconhecidos 6 empresários/empresas, bem como 6 pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade, as quais foram seleccionadas pelo Grupo de Trabalho “*Pessoas com Deficiência*” nomeadamente:

Dan Cake SA Portugal

A Dan Cake, empresa ligada à produção de produtos alimentares, tem procurado desde sempre uma postura social responsável e consciente de que a integração de pessoas com deficiência e/ou incapacidade no seu quadro de pessoal tem sido de grande valor para a empresa.

Star 78

A Star 78, exerce a sua actividade na área da lavagem e limpeza automóvel tendo no seu quadro de pessoal um total 4 pessoas, sendo que 2 delas são portadores de deficiência e/ou incapacidade, demonstrando assim que a responsabilidade social é um conceito bem presente na empresa.

Forte e Gomes – Serviços de Jardinagem Lda

A empresa, Forte e Gomes–Serviços de Jardinagem Lda, possui nos seus quadros uma pessoa portadora de incapacidade mental, inimputável e que tem possibilitado ao trabalhador aplicar as suas potencialidades no progresso da empresa e da sua própria carreira, o que inclui promoção a outros níveis dentro da organização.

Supermercados Pingo Doce

A empresa Pingo Doce é hoje uma das mais fortes no mercado retalhista nacional e ao mesmo tempo, um exemplo de esforço e de concretização do ponto de vista da sua entrada em mercados internacionais. Esta atitude perante o negócio, espelha-se igualmente nos valores sociais da empresa e na sua concretização, através de uma aposta determinada na contratação de pessoas com deficiência orientada por uma cultura de responsabilidade e de inovação, ousando arriscar a colocação destas pessoas em postos de trabalho diversos dos que lhes são tradicionalmente confiados.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Os Hospitais da Universidade de Coimbra, como entidade de saúde tem adoptado o lema - Trabalhador certo para o lugar certo – como quaisquer outros, os trabalhadores com deficiência e /ou incapacidade têm potencialidades que podem ser inteiramente exploradas, se lhes forem atribuídas funções adequadas à sua capacidade de trabalho, o que se tem verificado na entidade em causa.

Universidade de Coimbra

A Universidade de Coimbra tem criado oportunidades às pessoas portadoras de deficiência e /ou incapacidade para as mesmas façam pleno uso dos seus talentos individuais, pois cada trabalhador é um indivíduo único com um leque diversificado de competências, aptidões, conhecimentos e experiências.

Assim, e tendo em conta o impacto que este tipo de acções pode ter na comunidade em geral e principalmente no tecido empresarial, propõe-se superiormente a realização da acção acima descrita, bem como a indicação das entidades a premiar no 1º ano do Projecto.

Informa-se ainda que a cerimónia realizar-se-á no dia **14 de Julho 2011 pelas 17:00H nas instalações da Casa do Chá, sitas no Jardim de Santa Cruz (Jardim da Sereia)**, solicitando desde já a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. João Paulo Barbosa de Melo e da Exma. Sra. Vereadora da Acção Social e Família, Dra. Maria João Castelo Branco.”

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3255/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar as propostas constantes da informação da Divisão de Acção Social e Família acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XII - DESPORTO JUVENTUDE E LAZER

XII.1. 17º Campeonato do Mundo Elite de Hóquei Subaquático

Relativamente a este assunto foi elaborada a informação n.º 24459, de 06-07-2011, do Complexo Olímpico de Piscinas, que se transcreve:

“I – Factos

A Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e a Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas (FPAS), entenderam desencadear um processo de parceria que leve à concretização do 17º Campeonato do Mundo Elite de Hóquei Subaquático, a realizar-se no período de 16 a 27 de Agosto de 2011, no Complexo Olímpico de Piscinas de Coimbra.

II - Análise

Nesse sentido, e como responsável pela CMC na condução deste processo, sou a informar:

1. A Federação Portuguesa de Actividades Subaquática (FPAS) é um organismo autónomo, que possui dentre vários objectivos, o de organizar eventos de âmbito nacional e internacional, como: - Formações, Campeonatos, Meeting e etc.
2. O Hóquei Subaquático é uma modalidade criada e praticada em diversos países desde 1954, tendo iniciado sua prática em Portugal apenas em 2004, contando já com 9 Equipas e 94 atletas federados;
3. Este Campeonato tem extrema importância, pois estamos a referir o Torneio mais importante a nível mundial desta modalidade, e o mesmo terá um envolvimento de pelo menos 26 selecções com cerca de 330 atletas, mais comitivas e será transmitido em directo via internet a milhares de pessoas;
4. O impacte económico-social do citado evento desportivo são por si razões ponderosas a atender na promoção do turismo desportivo, que justificam a realização de eventos desportivos com relevância turística a que alude o artigo 73º da Lei 30/2004, de 21 de Julho (Lei de Bases do Desporto) e que justificam o acolhimento por esta autarquia da referida iniciativa, com vista à promoção dos interesses públicos municipais relativos ao desporto, turismo e desenvolvimento local;
5. Acresce que, para efeitos do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 46º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, são considerados eventos ou competições desportivas de interesse público, para além das que venham a ser reconhecidas por despacho do membro do governo responsável pela área do desporto, as manifestações desportivas que integrem os quadros competitivos regulares das respectivas federações desportivas nacionais e internacionais (art.º 5º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro).

Nesse sentido, venho a propor uma cooperação entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Federação Portuguesa de Actividades Subaquáticas, em que as atribuições e competências das entidades envolvidas passo a descrever:

Câmara Municipal de Coimbra

1. A cedência das instalações do Complexo Olímpico de Piscinas para a realização do evento;
2. A cedência das instalações do Pavilhão Multidesportos Mário Mexia (PMDMM) para a cerimónia de encerramento (27 Sábado);
3. A utilização do Ginásio 2 (PMDMM) como sala de árbitros, durante todo o torneio;
4. Balcão do bar situado no piso (-1) do Pavilhão para creditação dos atletas;
5. O espaço para expositores no piso (-1) que faz ligação entre o Complexo Olímpico e o Pavilhão Multidesportos Mário Mexia;
6. A solicitação aos SMTUC de isenção de pagamento de transportes públicos durante o decorrer do Campeonato a todos os participantes no Campeonato e uma viagem gratuita no autocarro turístico;
7. A presença de uma ambulância dos Bombeiros Sapadores de Coimbra, nos dias de competição.

Federação Portuguesa de Actividades Subaquática

A Federação, pretende usar o Campeonato do Mundo Elite de Hóquei Subaquático, não só como um meio de divulgação dos equipamentos da cidade de Coimbra, compreendendo uma massa associativa de 18.800 filiados que terão conhecimento e acesso directo ao evento, mas também oferecer um conjunto de contrapartidas para CMC:

1. Formação de Treinadores (Sem custos aos Téc. Sup. Desporto da CMC);
2. Formação de Árbitros de Hóquei Subaquático (Sem custos aos Téc. Sup. Desporto da CMC);
3. Formação de Treinador Nível I de Actividades Subaquáticas (após normalização do PNF pelo IDP, IP) (Sem custos aos Téc. Sup. Desporto da CMC);
4. Formação na área dos Áudios Visuais (Fotografia e Vídeo Subaquático) (Sem custos aos Téc. Sup. Desporto da CMC);
5. Palestras de interesse diferenciado no âmbito das Actividades Subaquáticas;
6. No decorrer do evento estão previstas actividades de extensão à comunidade do município (Batismo de Mergulho a crianças e adultos);
7. Acções de divulgação e experimentação das modalidades subaquáticas.
8. Responsabilidades da Federação durante a competição:
 - a. Verificar e garantir que os atletas sejam portadores de equipamento adequado para a prática da modalidade;
 - b. Responsabilizar-se pela cobertura de qualquer acidente, durante a permanência dos atletas e equipa técnica no Complexo Olímpico de Piscinas, através de seguro específico para este fim;
 - c. Responsabilizar-se pela cobertura de qualquer dano causado às instalações, provocado pela pratica da modalidade, e ou actos de vandalismo por parte dos atletas e equipas técnicas de todas as selecções participantes.

III - Conclusão

Face ao acima exposto, proponho, na esteira do disposto na alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a aprovação em reunião de Câmara do apoio a prestar por este Município ao 17º Campeonato do Mundo Elite de Hóquei Subaquático, ao abrigo do reconhecimento público do evento.”

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3256/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar as propostas constantes da informação do Complexo Olímpico de Piscinas acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.2. Coimbra ELITE – Estágio de preparação para os Jogos Paralímpicos de Londres

Relativamente a este assunto foi apresentada a informação n.º 17721, subscrita pelos responsáveis técnicos do Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia e do Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição, que dá conta da intenção da Selecção Paralímpica da Irlanda estagiar para os Paralímpicos de Londres em Coimbra e que abaixo se transcreve:

“1. ENQUADRAMENTO

O Município de Coimbra possui actualmente um conjunto de infra-estruturas desportivas de elevada qualidade, que têm obtido amplo reconhecimento a nível nacional e internacional. Face a esta realidade, a autarquia, em 2009 apresentou o **Coimbra ELITE - Excellence in Logistics for Intensive Training and Evaluation in Sport**, parte integrante da Divisão de Gestão Desportiva, projecto este da maior importância para o Desporto, para a Cidade e para o país. O município de Coimbra possui as mais diversas infra-estruturas reconhecidas nacional e internacionalmente, de invejável diversidade e qualidade, como sejam os diversos complexos de piscinas, pavilhões polidesportivos, campos relvados, salas mono disciplinares e ainda uma pista de atletismo, um centro hípico e um conjunto de postos náuticos no rio Mondego.

Assim sendo, no período de 5 a 13 de Agosto de 2011 irá decorrer no Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição (CPLL) e no Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia (PMDMM), o Estágio de Preparação para os Jogos Paralímpicos de Londres da Selecção Paralímpica da Irlanda.

No seguimento de carta (SGD 15746) enviada pelo Director da Equipa Para Olímpica da Federação da Irlanda ao Ex.mo Sr. Vereador Luís Providência a agradecerem a hospitalidade com que foram recebidos quando viajaram até Coimbra para preparação do Estágio, informam que estão muito entusiasmados com o facto de o mesmo se efectuar em Coimbra e que **ficaram bastante impressionados com as excelentes instalações desportivas. Os mesmos advertem que a empresa Move Sports será o seu agente local e solicitam que seja cobrada pela utilização das instalações municipais, à empresa supracitada, a taxa referente a Federações Nacionais.**

2. UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Através de correio electrónico enviado no dia 26 de Abril de 2011, a empresa Move Sports informou que os horários de utilização dos espaços eram os seguintes:

Desporto	Ginásio de Musculação e Cardio Fitness	Natação
Local	PMDMM	CPLL C
Data	Horário	Horário
06-08-2011		09:00 - 11:00 16:00 - 18:00
07-08-2011	16:00 - 18:00	09:00 - 11:00 16:00 - 18:00
08-08-2011		09:00 - 11:00 16:00 - 18:00
09-08-2011		09:00 - 11:00
10-08-2011	16:00 - 18:00	09:00 - 11:00 16:00 - 18:00
11-08-2011	16:00 - 18:00	09:00 - 11:00 16:00 - 18:00
12-08-2011		09:00 - 11:00

16:00 - 18:00

3. PROPOSTA DE REDUÇÃO

Face ao que antecede, constata-se ter-se verificado a apresentação de uma carta pela Federação da Irlanda, para **que a empresa Move Sports seja o seu agente local de forma a agilizar todos os procedimentos.** Assim sendo, salvo melhor opinião, tratando-se este de um evento de manifesto e relevante interesse municipal enquadrado na perfeição do **Coimbra ELITE - Excellence in Logistics for Intensive Training and Evaluation in Sport**, proporcionando a divulgação da cidade de Coimbra e das suas instalações desportivas municipais, propõe-se que seja efectuada a facturação à empresa Move Sports, mas de acordo com o valor a facturar a uma Entidade Desportiva, já que a Federação Irlandesa é a nossa real utilizadora/cliente.

Desta forma, propõe-se uma redução de 62,75% no valor a aplicar por utilização da Arena Desportiva, passando o valor a cobrar por hora de utilização a ser de 14,90€ (acrescido de IVA) idêntico ao facturado para uma Entidade Desportiva e no que concerne ao Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição uma redução no valor a cobrar por pista, na ordem dos 83,47%, passando o valor a cobrar por pista a ser facturado a 3,57 €(acrescido de IVA), igualmente idêntico ao facturado para uma Entidade Desportiva, num total de 150,60 para o Pavilhão Multidesportos Dr. Mário Mexia e de 3280,56 para o Complexo de Piscinas Luís Lopes da Conceição.

3.1 ENQUADRAMENTO LEGAL PARA PROPOR ISENÇÃO

No que concerne à utilização dos espaços, de acordo com o ponto 3 do Artigo 8.º da Tabela de Taxas:

“3 - Poderá, ainda, haver lugar à **isenção ou redução de taxas relativamente** a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal.”

4. OUTRAS NECESSIDADES

Para além do referido anteriormente, para a realização do Estágio a entidade solicita a colaboração da Câmara Municipal de Coimbra no seguinte:

4.1. Autorização de **estacionamento do autocarro** no lado oposto ao Hotel Vila Galé, de 5 a 13 de Agosto. Sobre este assunto informa-se que segue em anexo cópia do fax da Divisão de Transito da Câmara Municipal de Coimbra a autorizar o referido estacionamento.

4.2. **Transfer da Selecção do aeroporto de Lisboa para Coimbra e vice-versa** nos dia 5 e 13 de Agosto, respectivamente. Relativamente a este assunto informo que, o transporte é para 80 pessoas e serão utilizados dois transportes da bolsa de transportes da Divisão de Gestão Desportiva, com um custo aproximado de 2750,00€, valor já cabimentado no âmbito do Concurso Público n.º 1/ 2010”.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3257/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar as propostas constantes da informação da Divisão de Gestão Desportiva acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.3. Departamento de Habitação - Bairros em Flor – apoio

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 22703, de 21-06-2011, da Divisão de Gestão Desportiva, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3258/2011 (11/07/2011):

- **Apoiar a iniciativa do Departamento de Habitação “Bairros em Flor” mediante a oferta de três troféus cujo valor total é de € 45,00 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.4. Centro de Recreio Animação Cultural Brasfemes – apoio

Relativamente ao assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 23761, de 30-06-2011, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3259/2011 (11/07/2011):

- **Ceder ao Centro Recreio Animação Cultural Brasfemes, por tempo indeterminado, o material desportivo abaixo discriminado, num valor total de € 113,56 (IVA incluído):**
 - 1 Par de redes de Futsal, entrelaçadas 3,5mm polietileno – 52,80€
 - 2 Bolas Futsal PPF x 30,38 – 60,76 €

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.5. Olivais Futebol Clube – transporte

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 22868, de 22/06/2011, elaborada pela Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3260/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Vereador Luís Providência de 06-07-2011, que autorizou a cedência ao Olivais Futebol Clube, nos termos do concurso público n.º 1/2010, do transporte do Aeroporto de Lisboa para Coimbra, no dia 4 de Julho de 2011, pelo valor estimado de € 476,32 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.6. Agrupamento de Escolas de Taveiro – transporte

Para este assunto, e nos termos da informação n.º 22299, de 17/06/2011, elaborada pela Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3261/2011 (11/07/2011):

- **Autorizar a cedência ao Agrupamento de Escolas de Taveiro, nos termos do concurso público n.º 1/2010, do transporte à Praia Fluvial de Góis e regresso, no dia 30 de Julho de 2011, pelo valor estimado de € 320,00 (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XII.7. Campeonato da Europa de Laser 4.7 – apoio

Relativamente ao assunto em epígrafe, e com base na informação n.º 22952, de 22-06-2011, da Divisão de Gestão Desportiva, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3262/2011 (11/07/2011):

- **Atribuir um subsídio de € 500,00 ao Clube do Mar, destinado a suportar parte dos diversos encargos que esta entidade irá ter com a participação de um dos seus atletas no Campeonato da Europa de Laser 4.7 e mediante a assinatura de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIII - HABITAÇÃO

XIII.1. Reabilitação de 78 habitações no Bairro do Ingote – revisão de preços provisória nº4

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 23941, de 01-07-2011, da Divisão de Promoção de Habitação, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3263/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a revisão de preços parcial n.º 4 de trabalhos contratuais e a mais, no valor de 29.572,22+IVA, da empreitada “Reabilitação de 78 habitações no Bairro do Ingote”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.2. Prohabita – Paula Cristina dos Reis Betencourt Cardoso - realojamento do agregado familiar

Após análise do processo que tem por objectivo propor a mudança de habitação do agregado familiar de Paula Cristina dos Reis Betencourt Cardoso, no âmbito do Prohabita, e de acordo com a informação n.º 22089, de 16/06/2011, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3264/2011 (11/07/2011):

- **Realojar o agregado familiar de Paula Cristina dos Reis Betencourt Cardoso na habitação municipal de tipologia T2, sita no Bairro da Fonte da Talha, Bloco 11 – 2º Dtº, mediante a celebração de um contrato de arrendamento, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de 126,00€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.3. Aires Manuel Costa Carvalho - realojamento do agregado familiar

Após análise do processo que tem por objectivo propor o realojamento do agregado familiar de Aires Manuel Costa Carvalho, e de acordo com a informação n.º 24159, de 05/07/2011, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3265/2011 (11/07/2011):

- **Realojar o agregado familiar de Aires Manuel Costa Carvalho na habitação municipal de tipologia T2 sita no Bairro da Rosa, Lote 3-3.º Dt.º, mediante a celebração de um contrato de arrendamento, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, pela renda mensal de 16,00€.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.4. Associação Moradores Bairro de Celas – transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 23242, de 27-06-2011, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3266/2011 (11/07/2011):

- **Apoiar a Associação de Moradores do Bairro de Celas na realização de um passeio/convívio a Guimarães no próximo dia 4 de Setembro mediante a cedência de um autocarro, no valor estimado de € 450,00.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.5. Associação Moradores Bairro da Rosa – transporte

Relativamente a este assunto, e com base na informação n.º 19394, de 30-05-2011, da Divisão de Gestão Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3267/2011 (11/07/2011):

- **Apoiar a Associação de Moradores do Bairro da Rosa na realização de um passeio/convívio a Cascais no próximo dia 14 de Agosto mediante a cedência de um autocarro, no valor estimado de € 595,00.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIII.6. Processos para conhecimento

Sobre este assunto, o Sr. Presidente deu conhecimento da listagem de processos do Departamento de Habitação despachados pelo Sr. Vereador Francisco Queirós, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas, durante os meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio de 2011, nos termos do nº 3 do art. 65º da Lei 169/99 de 18/09, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- Pagamentos das quotas dos condomínios – anos 2010 e 2011 – Prédio Rua Cidade de S. Paulo 37 – 384,00€
- Pagamento à Sociedade Portuguesa de Autores – 111,04€
- Re-inspecção da rede de gás – Bairro da Fonte da Talha Bloco 11 2.º Dto. – 75,00€.

- Aquisição de mão-de-obra para reparação das coberturas planas das marquises e remates das chaminés – Blocos 8 a 26 Ingote – 1130,00€
- Fornecimento de tintas para impermeabilização dos terraços – 1310,00€
- Pagamentos das quotas dos condomínios – anos 2009 e 2010 – Rua Verde Pinho Entradas 1, 2 e 3 – Bloco D – 183,24€
- Aquisição de câmara de vídeo – Prédio Rua da Fonte do Bispo – 170,00€
- Pagamentos das quotas dos condomínios – ano 2011 – Praceta Manuel Costa Brioso Bloco A – 1124,36€
- Pagamentos das quotas dos condomínios – ano 2011 – Avenida Mendes Silva n.º 605 – 308,88€
- Pagamentos das quotas dos condomínios – ano 2010 – Praceta Manuel Costa Brioso Bloco A – 1124,36€
- Pagamentos das quotas dos condomínios – ano 2010 – Bairro do Ingote Bloco 6 – 240,00€

Deliberação nº 3268/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento.**

XIII.7. Vistoria de reabilitação de edifícios – ratificação

Relativamente a este assunto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3269/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar os despachos exarados nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Maio de 2011 pelo Sr. Vereador Francisco Queirós de nomeação de Comissão de Vistoria, ao abrigo do nº. 1, do art. 90º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, para vistorias dos seguintes imóveis:**

25/01/2011 – Rua Padre António Vieira 54B

25/01/2011 – Rua Dr. Dias Ferreira n.º 76-80

25/01/2011 – Travessa das Canivetas n.º 5 – 1º

14/02/2011 – Rua do Comércio “Pátio das Cantigas” n.º 1, 2 e 3

14/02/2011 – Rua D’Além – Cruz de Mouroços

18/03/2011 – Rua da Alegria n.º 4

22/03/2011 – Rua Carlos Seixas n.º 284

22/03/2011 – Estrada Real n.º 25 – Portela do Gato

12/05/2011 – Ladeira de Santa Justa n.º 8 e 10

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

PONTO XIV - CULTURA

XIV.1. Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ceira – transporte

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 23301, de 27-06-2011, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3270/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente de 6/07/2011 que autorizou a requisição à RBL – Rodoviária da Beira Litoral, nos termos do concurso público n.º 1/2010, o transporte dos elementos do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Ceira, no próximo dia 9 de Julho, a Sobral de Monte Agraço, para participação num Festival de Folclore, pelo valor estimado de 620,00€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.2. Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila – transporte

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 23746, de 30-06-2011, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3271/2011 (11/07/2011):

- **Requisitar à RBL – Rodoviária da Beira Litoral, nos termos do concurso público n.º 1/2010, o transporte dos elementos do Grupo Folclórico e Etnográfico de Arzila, no próximo dia 30 de Julho, a Alcanhões, Santarém, para participação num Festival de Folclore, pelo valor estimado de 500,00€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.3. Grupo Folclórico e Etnográfico do Bairro do Brinca – transporte

Para este assunto, e tendo por base a informação n.º 21710, de 14-06-2011, do Departamento de Cultura, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3272/2011 (11/07/2011):

- **Ratificar o despacho da Sra. Vice-presidente de 11-05-2011, que autorizou a requisição à RBL – Rodoviária da Beira Litoral, nos termos do concurso público n.º 1/2010, do transporte dos elementos do Grupo Folclórico e Etnográfico do Bairro do Brinca, no passado dia 5 de Junho, a Vila Nova de Famalicão, para participação num Festival de Folclore, pelo valor estimado de 550,00€ (IVA incluído).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

XIV.4. Concertos musicais de Maio – relatório

Através da informação n.º 19477, de 31-05-2011, a Divisão de Acção Cultural deu conta da realização de quatro concertos musicais em Coimbra durante o mês de Maio e dos termos em que estes decorreram, com o apoio daquela Divisão da CMC.

O Sr. **Vereador Álvaro Maia Seco** congratulou-se com a presença do presente relatório, referindo que esperava que este fosse o primeiro de muitos e que venham a ser presentes de forma sistemática.

Assim, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3273/2011 (11/07/2011):

- **Tomado conhecimento.**

Nesta altura ausentou-se da reunião o Sr. Vereador António Vilhena.

Sob proposta do Sr. Presidente e nos termos do art.º 83º da lei 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, admitir à ordem do dia e apreciar e votar o seguinte assunto, não incluído na mesma:

1. 900 Anos de Coimbra – aquisição de serviços

O ano de 2011 assinala a passagem do 900º aniversário do foral outorgado pelo Conde D. Henrique à cidade de Coimbra, em 26 de Maio de 1111. Este acontecimento histórico tem como propósito a realização de uma série de actividades genericamente denominadas “900 anos de Coimbra”. Neste contexto, teve lugar no dia 26 de Maio um concerto intitulado “José Cid e Sons do Centro”, no âmbito do qual foi também atribuída ao “Quarteto 1111” a Medalha de Mérito Cultural.

Assim, o Executivo deliberou, nos termos da informação nº 24876, de 8/07/2011, da Divisão de Acção Cultural:

Deliberação nº 3274/2011 (11/07/2011):

- **Emitir parecer favorável à aquisição de serviços a José Cid Unipessoal Lda., ao abrigo do artigo 22º da Lei n.º 55-A de 2010, de 31 de Dezembro;**
- **Publicitar a ficha do ajuste directo no Portal dos Contratos Públicos, que legitima a eficácia dos contrato e o respectivo pagamento (artigo 127º do CCP).**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, João Orvalho e Francisco Queirós. Absteram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, Carlos Cidade e Rui Duarte.

2. Jornadas Europeias do Património 2001 – conhecimento

A propósito do assunto supra identificado foi apresentada a informação n.º 24160, de 05-07-2011, do Gabinete para o Centro Histórico, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3275/2011 (11/07/2011):

- Tomado conhecimento da adesão do Município às comemorações das Jornadas Europeias do Património 2011, que decorrerão nos dias 23, 24 e 25 de Setembro sob o tema “Património e Paisagem Urbana”, de acordo com o programa descrito na informação do GCH acima mencionada.

3. Contrato-programa de Animação Turística 2011 – Turismo de Coimbra E.M. – adenda

Para este assunto foi apresentada a informação n.º 24841, de 08-07-2011, do Sr. Vereador Luís Providência, com base na qual o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3276/2011 (11/07/2011):

- **Aprovar a adenda ao Contrato-Programa de Animação Turística do ano de 2011, a celebrar com a TC – Turismo de Coimbra, EM, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sra. Vice-presidente e os Srs. Vereadores Luís Providência, João Orvalho e Francisco Queirós. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Álvaro Maia Seco, Carlos Cidade e Rui Duarte.

PONTO XV- (17 HORAS) - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Este assunto foi tratado antes do Período da Ordem do Dia, como então se fez referência.

E sendo dezanove horas e trinta minutos o Sr. **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada na reunião do dia 25/07/2011 e assinada pelo Sr. **Presidente** e por Isabel Azevedo, Directora Municipal.
